



Índice

- 01** CACIQUE INDÍGENA NÃO CONCORDA COM PUBLICAÇÃO
- 02** INDÍGENA SIM! Pela demarcação da Terra Indígena Maró
- 03** Semanas decisivas para os povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais no Brasil
- 04** A batalha pela fronteira Munduruku
- 05** Festival exhibe filmes sobre índios do país
- 06** CNPI realiza sua 26ª Reunião Ordinária
- 07** Povos indígenas de Roraima definem manifestação permanente contra a PEC 215
- 08** Terras indígenas podem ficar nas mãos de um Congresso ruralista
- 09** Justiça determina retirada de colonos de terra indígena no Pará
- 10** Indígenas protestam contra sentença e ação missionária
- 11** Grupo Internacional de Trabalho pelos Povos Autóctones pede apoio da imprensa francesa para os Povos Indígenas do Brasil
- 12** Os interesses privados dos parlamentares que querem aprovar a PEC 215
- 13** Pescadores conquistam título de trabalho artesanal
- 14** #PEC215Não: Informe parcial de dentro da CDH/CD
- 15** Sumiço de mortos em terra indígena faz 1 ano: 'dor não acaba', diz família
- 16** Dalmo Dallari rebate a PEC 215: “Uma afronta à Constituição”



-
- 17** [Índios tentam invadir Câmara dos Deputados; policial é atingido com flechada](#)
 - 18** [PROTESTO: Indígenas voltam a bloquear a BR 316 em Bom Jardim](#)
 - 19** [Vereador indígena é eleito presidente da Câmara em MS](#)
 - 20** [Índios se tornam marinheiros durante cerimônia em aldeia no Amazonas](#)
 - 21** [Comissão da PEC da demarcação de terras indígenas cancela reunião](#)
 - 22** [Justiça Federal de MT manda para o STF processo contra relator e vice-presidente da 'comissão da PEC 215'](#)
 - 23** [MP pede regularização de aulas em Centro Quilombola de Turiaçu no MA](#)
 - 24** [Relato da professora Fabiana Carneiro, liderança Tremembé, no MPF-CE em Itapipoca](#)
 - 25** [Indígenas são detidos em Brasília a caminho de reunião com Ministro da Justiça; PEC215 poderá ser votada amanhã](#)
 - 26** [Carta da Plataforma dos Movimentos Sociais do Estado do Tocantins](#)
 - 27** [I Carta da Juventude do Xingu](#)
 - 28** [Em busca de mobilização e valorização](#)



01 CACIQUE INDÍGENA NÃO CONCORDA COM PUBLICAÇÃO
SÍTIO O INFORMATIVO REGIONAL, 15.12.2014

Informativo Regional





Boletim de Notícias - Edição nº 224/ 2014

Brasília, 16 de dezembro de 2014.

e estão dispostos a lutarem pelo tempo que for necessário pelos seus direitos e espero que a sociedade não associe esta prisão com o processo de retomadas e muito menos com mortes ou qualquer tipo de crime. Ele está pagando simplesmente por não pactuar com coisas erradas entre seu povo naquela época. Somos um povo quem vem a muito tempo tentando enquadrar na sociedade mesmo sendo o povo mais antigo do Brasil, somos completamente esquecidos e ignorados pelos nossos governos. Temos uma cultura totalmente diferenciada e tenho muito orgulho de ser índio, mas um índio de cultura, por que um povo sem cultura é um povo morto e sequerem acabar conosco primeiro vão ter que acabar com a nossa cultura. Agora vou liderar o povo do meu pai e podem até tentar acabar comigo mas não esqueçam que sempre haverá um líder para seguir em frente e dar continuidade a luta, por um direito nosso, que está legitimado pela Constituição Brasileira. Era o que eu tinha a declarar.

Leonir Franco



Boletim de Notícias - Edição nº 224/ 2014

Brasília, 16 de dezembro de 2014.

02 INDÍGENA SIM! Pela demarcação da Terra Indígena Maró
SÍTIO INSTITUTO DE PESQUISA, DIREITOS E MOVIMENTOS SOCIAIS, 00.00.2013



Organizações de Santarém/PA e de todo o país lançaram nota pública em repúdio à sentença do juiz federal José Airton Aguiar Portela, que determinou a invalidação do processo administrativo de reconhecimento e demarcação da Terra Indígena Maró e declarou a inexistência de indígenas na Gleba Nova Olinda. A carta foi lida no último dia 09/12, durante ato realizado em frente à sede Justiça Federal de Santarém, com participação de aproximadamente 100 indígenas e apoiadores.

Conheça a campanha pela demarcação da Terra Indígena Maró

- Curta e acompanhe a página da campanha: <https://www.facebook.com/somosterraindigenamaro>
- Assine e divulgue a petição online em apoio à demarcação: <http://migre.me/mFzFI>
- Saiba mais sobre a história e a cultura da Terra Indígena Maró: <http://migre.me/nlr4p>

CONT.



Eis a íntegra da Carta:

INDÍGENA SIM! Pela demarcação da Terra Indígena Maró

“São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.”

Artigo 231 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

“Os povos e pessoas indígenas são livres e iguais a todos os demais povos e indivíduos e têm o direito de não serem submetidos a nenhuma forma de discriminação no exercício de seus direitos, que esteja fundada, em particular, em sua origem ou identidade indígena.

Artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas

Nós, abaixo-assinados, manifestamos repúdio à sentença proferida pelo juiz federal José Airton Aguiar Portela nos processos 2010.39.02.000249-0 e 2091-80.2010.4.01.3902, que determinou a invalidação do processo administrativo de reconhecimento e demarcação da Terra Indígena Maró e declarou a inexistência de indígenas na Gleba Nova Olinda, sem sequer ouvi-los.

A sentença consiste em mais um capítulo da violência simbólica e violadora de direitos contra os indígenas da etnia Borari/Arapium e institucionaliza e reafirma o preconceito e a invisibilidade dos indígenas da região do baixo e médio Tapajós, da região do Arapiuns e do planalto santareno espalhados em dezenas de aldeias pela região, provocando um “efeito dominó” em suas pretensões de demarcação dos seus territórios. Negando suas existências e seus territórios, nega-se também outros direitos decorrentes como a saúde indígena, a educação indígena diferenciada e o acesso à universidade, a defesa de sua cultura entre outras políticas públicas, já reconhecidas e implantadas pela Prefeitura de Santarém, FUNAI e a UFOPA, por exemplo. O argumento de que não há população indígena na região, mesmo que os números e os fatos digam o contrário, tem uma consequência desastrosa: não há direitos para quem não existe!

A decisão ignora o histórico de conflitos que perduram há anos naquela região. A Terra Indígena Maró está inserida numa vasta extensão de terras públicas devolutas sob jurisdição do Estado do Pará, numa região marcada pelo alto potencial de recursos naturais e pela multiplicidade cultural e de territorialidades

CONT.



tradicionais, além da indefinição fundiária e pelo abandono de políticas públicas pelo Estado que apenas beneficia a exploração madeireira industrial, fatos esses de conhecimento público, inclusive constando nos autos das ações judiciais ora julgadas, onde, aliás, as empresas madeireiras ofereceram seus próprios advogados para atuar na demanda proposta pelas comunidades contrárias a pretensão indígena.

Se, por um lado, a sentença do juiz José Airton Aguiar Portela desrespeita e descontextualiza o trabalho de antropólogos, inclusive o Relatório da Funai (tratados como “mais ativistas que propriamente cientistas”), por outro lado, o magistrado recria sua tese, ressuscitando ideias equivocadas e ultrapassadas, tanto do ponto de vista antropológico quanto jurídico, para reclassificar a condição étnica dos Borari/Arapium, utilizando os mesmos antropólogos que ora deslegitima.

O juiz questiona ainda a eficácia jurídica da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. Tal Convenção foi ratificada pelo Estado brasileiro em 2002 e integra o ordenamento jurídico, conforme definiu o Supremo Tribunal Federal em relação aos tratados e convenções internacionais de direitos humanos: A decisão desconsiderou a referida Convenção e o direito fundamental do povo Borari/Arapium à autoidentificação.

Em casos complexos como estes, espera-se que o Judiciário adote uma postura dialógica, convocando e construindo uma solução pacífica junto às instituições públicas responsáveis pela efetivação das políticas indígenas e fundiárias e os grupos sociais envolvidos, utilizando-se de diversas áreas do conhecimento, com o intuito de exercer sua função jurisdicional, a fim de garantir os direitos humanos, postura essa não adota pelo magistrado.

Repudiamos a decisão do juiz Airton Portela, exigimos o cumprimento do disposto na Constituição Federal e da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho acerca do direito ao autorreconhecimento da identidade indígena do Povo Borari/Arapium e a imediata reforma da decisão para o alcance da justiça. Sentença judicial alguma vai abafar essa luta, pois a História não caminha para trás.

Assinam:

Conselho Indígena Intercomunitário Arapiun/Borari

Conselho Indígena Tapajós Arapiuns – CITA

Grupo Consciência Indígena

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 224/ 2014

Brasília, 16 de dezembro de 2014.

Comissão Pastoral da Terra – Santarém

Terra de Direitos

Diretório Central dos Estudantes – UFOPA

União dos Estudantes de Ensino Superior de Santarém – UES

Coletivo Juntos

Conselho Indígena do Planalto

Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais – IPDMS

Conselho Indígena Missionário – Cimi

03 Semanas decisivas para os povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais no Brasil
SÍTIO FUNAI, 15.12.2014



Foto: Mário Vilela/Funai

No Congresso Nacional, as últimas semanas da atual legislatura têm sido marcadas por avanços em iniciativas que ameaçam a garantia e a efetivação dos direitos dos povos indígenas e potencializam tensões regionais em todo o Brasil.

É o caso da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/2000, cujo projeto original do ex-deputado Almir Sá (PPB-RR) propõe transformar o procedimento administrativo de reconhecimento dos direitos originários dos povos indígenas sobre seus territórios tradicionais em parte de um processo legislativo que, na prática, tem por objetivo dificultar e até mesmo inviabilizar a garantia desse direito constitucionalmente reconhecido pelo Estado brasileiro.

Dentre os argumentos que levam à Fundação Nacional do Índio a ser contrária à PEC 215 está o fato de os povos indígenas se encontrarem subrepresentados nos espaços do Congresso Nacional, ao contrário de outros grupos e segmentos sociais. Ademais, o processo de demarcação segue rigidamente as diretrizes previstas na legislação brasileira, conforme disposto na Constituição Federal, no Decreto nº 1775/96 e na Portaria MJ nº 14/96. Desse modo, não decorrem de ato unilateral da Funai ou do Executivo, mas são resultado de longos processos de identificação e delimitação, conduzidos por grupos técnicos multidisciplinares, seguindo para análise e deliberação do Ministério da Justiça e da Presidência da República, garantindo-se o contraditório em suas fases.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 224/ 2014

Brasília, 16 de dezembro de 2014.

O relatório da PEC 215 apresentado na semana passada pelo Dep. Osmar Serraglio (PMDB-PR) à Comissão Especial criada para discussão da Proposta aprofunda a ofensiva contra os direitos dos povos indígenas e inclui uma série de restrições que significariam um enorme retrocesso para o usufruto exclusivo dos povos indígenas sobre seus territórios tradicionais. O relatório contraria texto original da Constituição de 1988, pois visa restringir a proteção constitucional de dispositivo inalterável (cláusula pétrea), no caso, o art. 231, o qual reconhece os direitos originários dos povos indígenas às terras que tradicionalmente ocupam. Nega, ainda, vigência ao direito de consulta livre, prévia e informada dos povos indígenas em caso de medidas legislativas que lhes afetem, conforme definido na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho e no Decreto nº 5051/2004.

Ao longo de todo esse processo de tramitação da PEC 215, a FUNAI tem atuado na articulação política com outros órgãos do Governo Federal e com deputados contrários à proposta, no intuito de fazer valer os direitos constitucionais dos povos indígenas, quilombolas e de outras populações tradicionais, evitando a aprovação da PEC.

A posição da Funai vem, desse modo, corroborada, ratificada e reforçada pelas inúmeras notas públicas, textos e análises já manifestadas por juristas, pelo Ministério Público Federal e pelo próprio Supremo Tribunal Federal no julgamento de liminar em Mandado de Segurança (MS) nº 32262, proposto por parlamentares contrários à PEC.

Leia mais sobre os documentos citados

[Mandado de Segurança PEC 215/2000 - Demarcação de Terras Indígenas](#)

[Decisão do Ministro Luís Roberto Barroso](#)

[Nota do Ministério da Justiça](#)

[Nota da Associação Juizes Para a Democracia](#)

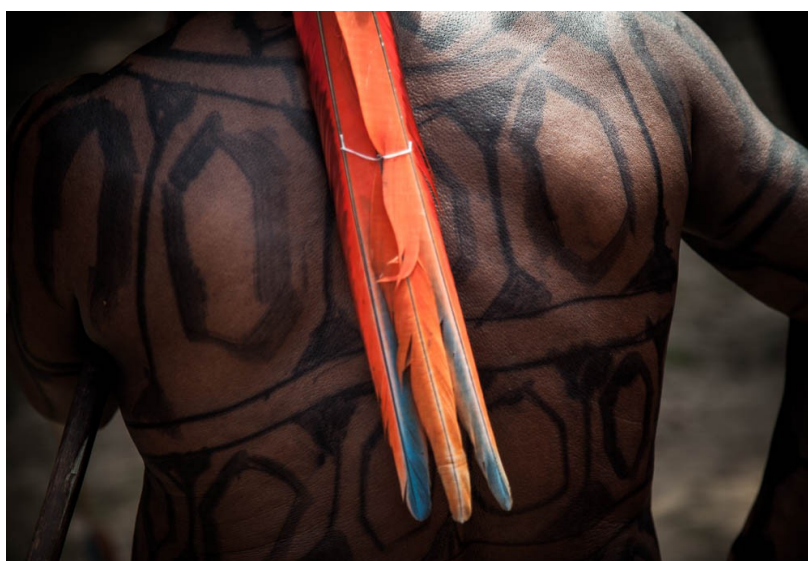
[Nota Técnica do Ministério Público Federal](#)

[Nota Técnica da Associação Nacional dos Procuradores da República](#)

04 A batalha pela fronteira Munduruku
SÍTIO CIMI, 15.12.2014

Inserido por: Administrador em 15/12/2014.

Fonte da notícia: [Por Ana Aranha, Jessica Mota e Marcio Isensee e Sá \(fotos\), agência A Pública](#)



À beira do rio Tapajós, no oeste do Pará, a floresta estala sob os passos dos guerreiros Munduruku. São cerca de 20 homens fortes, com braços pintados com traços iguais aos da casca do jabuti. Eles trabalham em silêncio, as poucas palavras são ditas na língua materna, o Munduruku. Avançam com atenção sobre um perigoso manto que cobre o chão: cipós, galhos forrados de espinhos e troncos em decomposição. As pisadas são lentas e firmes. Sem pressa, os guerreiros abrem a mata para o campo de batalha.

Os Munduruku experimentam uma estratégia nova, inédita para esse povo cujo histórico de guerra antecede o primeiro registro de contato com portugueses, em 1768. Munidos de foices e facões, eles abrem uma picada de quatro metros de largura e sete quilômetros de extensão. Trata-se da autodemarcação da terra indígena Sawré Muybu. Ceifada em meio à floresta alta, a abertura representa uma trincheira de defesa contra o avanço das usinas hidrelétricas planejadas para a bacia do Tapajós. Apoiada por ambientalistas e membros do judiciário, a fronteira Munduruku é o maior entrave que já cruzou a rota do governo Dilma Rousseff no projeto para a exploração da bacia do Tapajós.

CONT.



Os indígenas conclamaram a autodemarcação de sua terra em outubro, depois de sete anos aguardando ação da Fundação Nacional do Índio (Funai). Foi o tempo que o órgão levou para elaborar um documento que reconhece essa área como de ocupação histórica e define os perímetros da demarcação: o “Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Sawré Muiybu”. Desde que ficou pronto, em setembro de 2013, o documento está parado na presidência da Funai.

A reportagem da **Pública** teve acesso ao relatório com exclusividade e o publica na íntegra. São 193 páginas de minuciosa demonstração dos vínculos históricos que os Munduruku mantêm com esse pedaço de terra. O documento aponta que as 113 pessoas que vivem lá estão com sua “reprodução física e cultural” ameaçada pelo projeto das hidrelétricas. E conclui que “o reconhecimento da Sawré Muiybu por parte do Estado é imprescindível para conferir segurança jurídica aos indígenas e garantir que seus direitos sejam respeitados”.

[Saiba mais e leia o documento na íntegra.](#)

O relatório é sensível porque a demarcação da Sawré Muiybu pode inviabilizar uma hidrelétrica estratégica para o governo federal: a usina de São Luiz do Tapajós, que pretende ser a terceira maior do país com orçamento previsto em 30 bilhões de reais e potência máxima de 8.040 megawatts. O problema é que o projeto prevê o alagamento de partes significativas da terra indígena Sawré Muiybu, inviabilizando a vida no local. Como solução, estudos recentes feitos pela usina sugeriram que os Munduruku sejam removidos da área. Em resposta, a Funai apontou que essa sugestão é inconstitucional e recomendou a suspensão do licenciamento da usina, [conforme parecer interno de 25 de setembro ao qual a Pública teve acesso.](#)

A remoção de indígenas é vedada pelo artigo 231 da Constituição. Em defesa da usina, o governo usa a ausência da demarcação como argumento para alegar que a terra da Sawré Muiybu nunca foi oficialmente reconhecida como Munduruku. O que desperta a ira de guerreiros e caciques de toda a bacia do Tapajós.

O portão de entrada do mundo

Um dos mais numerosos grupos étnicos do Brasil, o povo Munduruku é composto por mais de 13 mil homens, mulheres e crianças que vivem às margens dos 850 quilômetros do rio Tapajós e afluentes. A maior parte das aldeias deve sentir os impactos do projeto para a região. São previstas sete hidrelétricas

CONT.



na bacia, além de outras duas já em construção no rio Teles Pires, afluente do Tapajós na divisa com o Mato Grosso. Uma das mudanças previstas é a queda no número do peixe e da caça – itens essenciais para a sobrevivência desse povo. Por isso, em toda a extensão do rio há caciques e guerreiros mobilizados contra as usinas. Também há grupos a favor, formados por uma minoria que vive nas cidades.

Preocupados com os impactos no seu território como um todo, indígenas Munduruku de diferentes partes da bacia se uniram e elegeram a Sawré Muybu como um marco fundamental a ser defendido. Além das famílias que vivem lá, essa terra abriga o solo sagrado Daje Kapap' Eipi, entendido como o local onde nasceram os primeiros Munduruku, os animais e o rio Tapajós. Dada sua importância espiritual e o contexto de conflito político, o local se aproxima do que seria uma Jerusalém Munduruku.

“Esse é o portão de entrada do nosso território, viemos proteger a terra para nossos filhos e netos. Para o futuro”, diz Saw Rexatpu, guerreiro e historiador Munduruku, ao fim de um dia de trabalho na picada da autodemarcação. “Nossos bisavós morreram lutando aqui e nós vamos pelo mesmo rastro. Se eu morrer aqui, deixo a minha história”. Ele viajou três dias para acudir ao chamado de Juarez Saw Munduruku, o cacique da aldeia Sawré Muybu.

Mas e se a estratégia der errado e o governo mandar sair? “A gente não sai”, responde o cacique, sem abalar o semblante tranquilo. E se a polícia tirar à força? “É o fim do nosso mundo, porque a gente só sai morto”.

Se a Funai não demarca, nós demarcamos

O projeto das usinas uniu os Munduruku aos ribeirinhos, que também vão sofrer impactos. Na picada, a aliança foi selada com a fundamental ajuda de Francisco Firmino Silva, o Chico Catitu, um sábio mateiro da comunidade Montanha e Mangabal. O primeiro a se embrenhar no mato, ele deixava marcas para que os Munduruku soubessem onde abrir a picada. Sua técnica de mateiro era aliada às orientações do cientista social Mauricio Torres e do historiador Felipe Garcia, voluntários que manuseavam o aparelho GPS. Como referência para a picada, o grupo segue as coordenadas exatas do mapa para demarcação feito pela Funai e parado em Brasília.

Fora o caráter oficial, são poucas as diferenças entre o trabalho dessa equipe e uma demarcação oficial. O que mais difere as atividades é a ausência de condições mínimas de segurança. Sem a chancela do governo, são muitos os riscos na rota da equipe da autodemarcação.

A reportagem de Pública viu uma árvore com cerca de cinco metros de diâmetro e mais de trinta metros

CONT.



de altura caída no meio da floresta. Ao lado da base serrada, um pequeno ramal indicava a rota do madeireiro. Uma semana antes, em outro ponto da picada, os Munduruku foram cercados pelas motos e caminhões de um grupo de madeireiros. Dias depois, eles abordaram um grupo de 300 garimpeiros que extraíam diamante dentro da terra indígena. Avisados sobre a autodemarcação, os garimpeiros disseram que só saem de lá se a demarcação for oficial.

Os Munduruku já resistiram a muitos ciclos de pressão sobre o seu território e modo de vida. No início do século 20, foram as agências missionárias. Sem sucesso, tentaram interromper a transmissão de sua língua materna e tradições. Entre as décadas de 40 e 60, o antigo Serviço de Proteção ao Índio instalou um posto de extração de borracha em terras Munduruku, em uma tentativa também mal sucedida de transforma-los em soldados da borracha. Mais recentemente, a preocupação vinha da invasão dos madeireiros e garimpeiros. Agora, a usina se soma a eles.

Ao marcar a floresta, indígenas e ribeirinhos materializam a fronteira física de uma disputa travada há mais de dois anos na Justiça. Similar à guerra jurídica que marcou o licenciamento da usina de Belo Monte (PA), o Ministério Público Federal já entrou com oito ações para exigir que as obras no Tapajós respeitem os direitos das populações locais.

A diferença nesse caso pode ser justamente o aprendizado no rio Xingu. Depois de ajudar a ocupar o canteiro de obras de Belo Monte em maio de 2013, os munduruku passaram a acompanhar como os indígenas de lá negociaram com a usina: trocando a pesca, a caça e o roçado por cestas básicas, picapes e outros bens oferecidos como compensação. O atual estado de [dependência financeira das aldeias próximas a Belo Monte](#) é uma lição que assusta os indígenas do Tapajós.

A vida na aldeia Sawré Muybu hoje tem dois turnos. Entre as atividades da autodemarcação e as reuniões, cacique e guerreiros correm para plantar mandioca e abóbora. Eles precisam conciliar a rotina da aldeia com o monitoramento dos movimentos do governo e da justiça. Sentem o baque das derrotas jurídicas, comemoram as vitórias, mas não param de articular as suas próprias frentes de defesa.

A autodemarcação teve início depois de uma tensa discussão com a ex-presidente interina da Funai, Maria Augusta Assirati. Em reunião filmada pelos indígenas em setembro, Maria Augusta admitiu que as usinas são o principal impedimento para a demarcação da Sawré Muybu. “Eu acho que essa terra indígena já deveria estar demarcada, o relatório já deveria ter sido publicado, mas isso não depende da vontade de um só órgão”. Ao ouvi-la ponderar sobre a importância da usina, o porta-voz Roseninho Saw Munduruku pediu sua renúncia: “No meu pensamento, se você não quer trabalhar na Funai, eu entregaria o cargo. Você não tem interesse em defender a nossa causa”. Maria Augusta chorou e garantiu que só permanecia porque acreditava ser possível reverter esse caso. Nove dias depois, ela deixou a presidência da Funai.

CONT.



“Vocês nunca vão saber”

Com uma organização política peculiar, os Munduruku cultivam o debate e nomeiam líderes para representá-los perante os pariwat (não-índios). Roseninho foi escolhido para ser porta-voz da Sawré Muybu e coordenador da associação Pahyhyp, que representa os indígenas do curso médio do Tapajós. Mas ele não pode tomar decisões sozinho. As palavras em português ditas em público são discutidas antes em Munduruku. A cada novidade, ele volta para a aldeia e ouve o grupo durante longas reuniões nas quais todos podem participar, até as crianças. A tradição política antecede a chegada das usinas. Ao menos uma vez ao ano, os Munduruku fazem uma assembleia geral que dura três dias e pode varar a madrugada.

Roseninho diz que não gosta da responsabilidade de representar o grupo fora da aldeia: é ele quem mais sente os golpes da guerra judicial. Foi o que aconteceu no início de novembro, em uma reunião com o procurador federal Luís de Camões Lima Boaventura. O procurador é uma das mais fortes vozes de defesa dos Munduruku na justiça, já foi até condecorado guerreiro em um ritual. Mas, naquele dia, ele tinha uma notícia difícil para dar.

Depois de conseguir uma ordem da justiça federal para que a Funai publicasse o relatório da Sawré Muybu, ele soube que a Advocacia Geral da União havia derrubado essa decisão em Brasília. Ou seja, a Funai seguiria livre para sentar em cima da demarcação.

A notícia foi transmitida em tom grave pelo procurador, enquanto Roseninho e outros líderes ficaram atônitos. Por longos minutos, os Munduruku não esboçaram uma reação. Camões tentou quebrar o clima: “você não vai perder a voz agora, vai?” Mas o porta-voz só conseguiu verbalizar o silêncio: “eu não tenho palavras”.

No dia seguinte, Roseninho desembarcou abatido no porto de Itaituba, cidade mais próxima à aldeia. Ele falou entre lágrimas, em um raro desabafo: “Como que eu vou levar essa derrota para o meu povo? Como eu vou contar isso para o cacique?”. Cansado da ingrata comunicação entre índios e não-índios, ele conhece bem os limites dessa conversa, e nos deu um alerta: “O que vocês querem perguntar? Vocês querem saber a história Munduruku? Eu posso contar: o cachorro é o homem, a mulher é o peixe. Me diz como vocês vão entender isso? Por isso que eu digo: vocês nunca vão saber.”

O povo jabuti

Apesar do agito na aldeia com as discussões sobre a usina, os Munduruku da Sawré Muybu mantêm a

CONT.



rotina de ligação íntima com a terra. De manhã, mulheres varrem suas casas, que têm chão de barro, paredes de madeira cheias de frestas e teto de folhas de babaçu. Galinhas e cachorros rapidamente comem o que foi varrido para fora. Quase não há lixo não-orgânico. Os adultos cuidam do roçado, pescam e caçam. A água é tirada de um igarapé cristalino que banha a aldeia. Ao sair da escola, as crianças correm de um lado ao outro e comem frutas do pé. A única birra que presenciamos foi a respeito do banho: “A mãe só me deixa banhar três vezes por dia!”, reclamou um menino que já havia estourado a cota num dia de calor e sol. Minutos depois, ele se jogou na água gelada do igarapé com um sorriso de orelha a orelha.

O cardápio é sempre uma surpresa. Só se descobre quando os pescadores e caçadores voltam. As adolescentes limpam a carne e separam uma porção por família. Para cada dia que a reportagem passou na aldeia, houve uma carne diferente: tatu, jabuti, veado e os saborosos porcos do mato, conhecidos como caititu e porcão. A variedade de peixes foi tanta que perdemos a conta.

É difícil imaginar como será a sobrevivência dessa população em um ambiente com pouca oferta de caça e peixe.

Entre todas as incertezas trazidas pelas usinas, o maior medo é o de serem removidos para a cidade. “A gente não sabe viver como vocês” explica Aldira Akai Munduruku. “Sempre a gente viveu no meio do mato, caçando, pescando. Na cidade a gente depende do dinheiro. Se não tiver, a gente não come, não”. Grávida de cinco meses e mãe de uma menina de 2 anos, Aldira guarda a lembrança da fome dos anos em que viveu na cidade de Jacareacanga quando criança.

Nas histórias contadas pelos mais velhos, narrativas que misturam homens e bichos na mesma entidade, o jabuti é o herói mais presente. Graças à sua inteligência e estratégia, ele sempre vence a força e a prepotência dos inimigos: a anta, a sucuri e a onça. É para evocar essas habilidades que os guerreiros se pintam com traços iguais aos da sua casca.

As histórias do passado de guerras também são presentes. Na segunda metade do século 18, foram tantos os ataques a acampamentos portugueses, que por sua vez despertaram a reação dos agentes coloniais, que um dos afluentes do Tapajós ganhou o nome de rio das Tropas. Dessa época, eles levam a fama de “caçadores de cabeça”. Como o nome sugere, eles cortavam o pescoço do inimigo abatido e, após um processo de mumificação, enfiavam sua cabeça em uma lança, que era fincada nas fronteiras do território. A prática foi abandonada há mais de um século, mas os Munduruku evocam seu poder simbólico ao pintar essa imagem nas placas da autodemarcação.

Embora defendam seu território, eles não gostam do rótulo de violentos. “Os Munduruku são pacíficos. Mas, quando toca na ferida, aí fica bravo”, diz Deusiano Saw Munduruku, professor na escola de Sawré

CONT.



Muybu. O nome do movimento de resistência às usinas é Ipêreg Ayû, que significa “o povo que sabe se defender”. Roseninho explica: “O governo diz que nós somos ameaçadores. Mas nós é que estamos sendo ameaçados”.

Operações policiais levam a uma morte

Na história recente de tensões entre guerreiros Munduruku e forças armadas do estado brasileiro, os eventos mais violentos partiram não dos indígenas, mas do estado.

As aldeias do Teles Pires se engajaram ainda mais na resistência às usinas depois de uma trágica operação da Polícia Federal. Em novembro de 2012, Adenilson Kirixi Munduruku foi morto com um tiro na nuca que saiu da arma do delegado Antonio Carlos Moriel Sanches. Segundo denúncia do Ministério Público Federal, os Munduruku discutiam com o delegado para que ele não destruísse uma balsa de garimpo quando um indígena teria empurrado o seu braço. O delegado teria caído no rio e, então, disparado primeiro nas pernas e depois na nuca de Adenilson. O MPF denunciou o delegado por homicídio, mas ele foi absolvido.

“Ali foi o sinal: o governo tá vindo guerrear com os Munduruku”, diz Maria Leusa Cosme Kaba Munduruku, representante das mulheres no movimento Iperêg Ayû. Ela ficou assustada com o modo como a polícia reagiu depois dos primeiros disparos. Segundo a procuradora federal Janaína Andrade, os policiais foram agressivos ao imobilizar mulheres e idosos, gerando lesões graves. “Um senhor teve até fratura. No final, eles recolheram as cápsulas e levaram 17 indígenas presos, inclusive crianças”, afirma a procuradora. Em vídeos gravados pelos Munduruku, é possível ver a polícia disparando dentro da aldeia, em local cercado por mulheres e crianças. No dia seguinte, os indígenas também registraram o momento em que a aldeia chora ao encontrar o corpo de Adenilson.

Menos de um ano depois, os Munduruku tiveram outro encontro traumático com a polícia. Em março de 2013, os indígenas da Sawré Muybu encontraram biólogos fazendo o estudo de impacto ambiental para São Luiz do Tapajós dentro da terra indígena. Como não tinham sido consultados ou sequer informados sobre a entrada da equipe, os Munduruku expulsaram o grupo. A reação do governo foi desproporcional: “A polícia baixou aqui com helicóptero, dois barcos grandes e quarenta motores de popa [barcos menores]”, diz o cacique Juarez. Segundo nota do Palácio do Planalto, a frota da Força Nacional de Segurança fora enviada para “garantir o apoio logístico e a segurança” dos pesquisadores.

A Expedição Tapajós, como o governo batizou a operação policial, durou um mês. Os jovens ainda lembram do barulho do helicóptero sobrevoando a aldeia. Os pais, assustados, trancaram as crianças em

CONT.



casa. As atividades de caça tiveram de ser suspensas. Pescar, só nas margens da aldeia. “Parecia que eles estavam esperando a gente fazer algo errado pra atacar. Lembrava muito o que aconteceu no Teles Pires, resolvemos ficar quietos”, lembra o cacique Juarez. “Era como estar preso na aldeia”.

Ao receber as evidências de que os Munduruku estavam sofrendo intimidação militar dentro de sua terra, a justiça federal suspendeu o licenciamento da usina. A decisão, publicada em abril de 2013, foi em resposta a uma ação do Ministério Público Federal que tramitava desde setembro de 2012. O MPF já havia pedido a interrupção dos trabalhos por duas falhas no processo de licenciamento: a ausência de consulta prévia aos indígenas e ribeirinhos e a ausência da Avaliação Ambiental Integrada, estudo que mede os impactos do conjunto de usinas na região.

Dez dias depois, a liminar foi derrubada e a Expedição Tapajós seguiu seu curso. Para isso, o governo ativou o mecanismo da Suspensão de Segurança, o mesmo que garantiu o avanço de Belo Monte. Atropelando o trâmite normal da justiça, esse mecanismo aciona diretamente o Superior Tribunal de Justiça com o argumento de que a paralisação da usina gera “grave lesão à ordem, saúde, segurança e economia públicas”.

Para governo, licença ambiental é só etapa a ser vencida, diz procurador

Mesmo permitindo a continuidade do licenciamento, o STJ manteve a exigência da consulta prévia. O argumento se baseia na Convenção 169 da OIT (Organização internacional do Trabalho), da qual o Brasil é signatário, e que estabelece o direito das comunidades tradicionais em serem ouvidas. Apesar da obrigatoriedade em ouvi-los, não ficou claro o quanto a fala dos munduruku e ribeirinhos será levada em conta dentro do licenciamento. Em tese, nessa fase o empreendimento deve ser escrutinado e, no caso de impactos mais graves, reelaborado. Em tese, o Ibama pode até decidir pela inviabilidade da obra.

Mas o Ministério de Minas e Energia já sinalizou que a prática é outra. Em setembro desse ano, o órgão anunciou a data para o leilão da usina de São Luiz do Tapajós antes mesmo que a Funai desse seu parecer sobre o Estudo do Componente Indígena – o levantamento dos impactos para essas populações. O parecer do órgão indigenista é parte imprescindível do processo anterior ao leilão.

“Como podem antecipar esse passo? Estaria o governo prevendo que o Ibama dará ok ao empreendimento antes de sequer verificar os estudos?”, questiona o procurador Boaventura. “Parece que, para o governo, a licença ambiental é só uma etapa a ser vencida”. Depois que essa distorção foi [denunciado pelo jornal O Globo](#), o leilão foi suspenso.

CONT.



Por dez dias a reportagem de Pública tentou contato com os órgãos ligados ao governo e usina. O Ibama, a Aneel e o Grupo de Estudos disseram que não falam sobre licenciamentos em andamento. A Funai e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) alegaram falta de agenda. A Secretaria-Geral da Presidência não atendeu as solicitações da reportagem.

“Não abriremos mão de construir Tapajós”

Na segunda semana de novembro, enquanto os munduruku se preparavam para as primeiras reuniões da consulta, levaram um balde de água fria do ministro Gilberto Carvalho, chefe da Secretaria-Geral da Presidência. Em entrevista à BBC, Carvalho declarou que nada do que os indígenas digam vai impedir a construção da usina: “A consulta não é deliberativa. Ela deve ser feita para atender demandas, diminuir impactos. Mas não abriremos mão de construir [a usina do] Tapajós”.

A entrevista foi traduzida para o Munduruku durante reunião na aldeia Sawré Muybu, aquela que a usina vai alagar. Foi um dos poucos momentos em que conseguimos entender o que era dito, já que as palavras “ministro” e “diabo” aparentemente não têm tradução para o Munduruku.

Uma semana depois, quarenta homens e mulheres Munduruku marchavam em silêncio rumo à Funai de Itaituba. A três quarteirões do escritório, um guerreiro fez um sinal com o braço, ao que todos tiraram a camisa. Os traços do jabuti tinham sido reforçados, e agora davam a volta completa ao redor dos troncos e braços.

O grupo entrou na Funai e confiscou as chaves das portas e dos carros, exigindo a publicação do relatório de demarcação. “Queremos que Brasília demarque logo nossa terra, nós sabemos cuidar dela melhor que o Ibama ou ICMBio”, disse o cacique Juarez em referência aos encontros com madeireiros e garimpeiros. Depois de sete horas de negociação, tudo o que conseguiram foi uma agenda de reunião com o novo presidente interino da Funai, Flávio Chiarelli Azevedo, para dali a oito dias. “Para ouvir as mesmas coisas de sempre?”, questionou Juarez. “Não vamos”. O grupo logo percebeu que o governo não estava muito preocupado com a ocupação da Funai de Itaituba e decidiu retornar à aldeia.

Apesar dos riscos de confronto, eles voltaram à autodemarcação. A etapa final será expulsar os madeireiros e garimpeiros, o que já foi feito por aldeias do rio das Tropas. Sem as respostas que precisam do estado, os munduruku concluem que resta a eles defender seu território. Seja qual for o invasor.

Fotos: Marcio Isensee e Sá



05 Festival exhibe filmes sobre índios do país
SÍTIO EBC, 15.12.2014

Sayonara Moreno

A cultura indígena brasileira ganha as telas, em Brasília, no Festival de Cinema Vídeo Índio Brasil. Esta é a sexta edição do evento, que já passou por diversas cidades brasileiras. O festival traz debates, filmes de ficção e documentários produzidos por indígenas e não indígenas ligados à produção audiovisual no Brasil.

Os filmes são exibidos sempre a partir das oito e meia da noite, num shopping da capital federal, até a próxima sexta-feira e os debates acontecem depois de cada exibição. No sábado, é a vez das crianças: serão exibidas obras com o tema, com abordagem infantil, como a trilogia nacional da indiazinha Tainá e curtas de animação com o mesmo tema.

As lideranças indígenas de várias etnias estarão com antropólogos e especialistas como Márcio Meira, ex-presidente da Funai, Roque Laraia, professor da Universidade de Brasília, Vincent Carelli, indigenista e cineasta, entre outros, compondo as mesas dos debates.

O Coordenador do Festival Vídeo Índio Brasil, Nilton Rodrigues, conta que a mostra é importante para que os brasileiros reflitam sobre o respeito à diversidade cultural, sobretudo dos povos indígenas.

SONORA

Segundo o coordenador da mostra, o festival vai para Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, em março do ano que vem.



Boletim de Notícias - Edição nº 224/ 2014

Brasília, 16 de dezembro de 2014.

06 CNPI realiza sua 26ª Reunião Ordinária
SÍTIO FUNAI, 15.12.2014



Foto: Mário Vilela/Funai

No último dia 12 de dezembro, foi realizada no Centro de Formação Indigenista da Funai, em Sobradinho/DF, a 26ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI, com a presença dos representantes indígenas, de organizações indigenistas e dos órgãos governamentais, além de convidados.

No encontro, aberto pelo presidente da CNPI e da Funai, Flávio Chiarelli Vicente de Azevedo, avaliou-se o resultado da Oficina de Aprimoramento do Processo de Construção da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista, realizada nos dois dias anteriores (10 e 11), também no Distrito Federal, com a participação de setenta e cinco lideranças indígenas, representantes governamentais e de organizações indígenas.



Foto: Mário Vilela/Funai

CONT.



Os representantes indígenas lembraram que sua atenção durante a Oficina esteve dividida com o trâmite, no Congresso, da Proposta de Emenda à Constituição 215/2000, que transfere para o Poder Legislativo a decisão final sobre demarcações de terras indígenas, mas que isso não impediu os avanços no planejamento para a Conferência. Os indígenas avaliaram positivamente a organização, as palestras e as contribuições de todos participantes para os trabalhos da Comissão Organizadora da Conferência Nacional.

Da mesma forma os representantes governamentais e indigenistas apresentaram suas avaliações e proposições para as atividades a serem desenvolvidas pela Comissão até a realização do Seminário Nacional de Formação, em fevereiro de 2015.

Ainda na pauta, conforme demandado pela bancada indígena e acordado na reunião anterior da CNPI, foram convidados para apresentar os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, previstos para 2015, Marcos Terena, presidente do Comitê Intertribal, Rivelino Macuxi, coordenador geral de política esportiva indígena do Ministério do Esporte, e Patrícia Fregonesi, diretora de relações institucionais dos Jogos Indígenas, da Secretaria Extraordinária dos Jogos Mundiais Indígenas da Prefeitura de Palmas.



Foto: Mário Vilela/Funai

Marcos Terena fez uma apresentação geral dos Jogos, Rivelino Macuxi falou do apoio dado pelo Ministério do Esporte e Patrícia Fregonesi apresentou vídeos e materiais da campanha promocional do evento, a ser realizado na cidade de Palmas/TO. O evento já está com o processo de organização bem avançado, orçamento disponível e com um site na internet. "O importante não é ganhar, e sim celebrar", afirmou Marcos, ressaltando o papel dos Jogos na afirmação da identidade indígena, que vai além de uma simples competição.

As próximas reuniões ordinárias da CNPI, que se realizam aproximadamente a cada três meses, ficaram

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 224/ 2014

Brasília, 16 de dezembro de 2014.

provisoriamente definidas para 10 a 13 de março (27ª), 02 a 05 de junho (28ª), 15 a 18 de setembro (29ª) e 15 a 18 de dezembro (30ª). Também ficou definido que haverá uma reunião extraordinária um pouco antes da realização da etapa nacional da 1ª Conferência, para acertos finais.

Veja também:

[Oficina dá início ao processo de realização da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista](#)

[site oficial dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas](#)



07 Povos indígenas de Roraima definem manifestação permanente contra a PEC 215
SÍTIO CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA, 15.12.2014

Escrito por: cir Foto(os): Mayra Wapichana

A insistência da bancada ruralista e seus aliados, pela alteração dos direitos constitucionais dos povos indígenas continuam e desta vez, com mais força e consigo a ameaça de aprovação de um novo substitutivo da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 215/2000) que engloba todo tipo de inconstitucionalidade contra dos direitos indígenas, principalmente os direitos territoriais.

A votação do substitutivo da PEC 215, prevista para ocorrer amanhã, 16 de dezembro, na sessão legislativa ordinária do Congresso Nacional foi cancelada, de acordo com a confirmação de agenda da casa legislativa. O cancelamento se deu, possivelmente, em decorrência da denuncia do Ministério Público Federal de Mato Grosso do Sul ao Supremo Tribunal Federal (STF) que trata do envolvimento dos deputados federais Osmar Serraglio (PMDB-PR) e Nilson Leitão (PSDB-MT), em um esquema, segundo a denuncia, de invasão de terras indígenas e de arrecadação de R\$30 mil para direcionar parecer na comissão da Câmara, envolvendo o processo de demarcação das terras indígenas, conforme publicado pelo portal O Globo na manhã desta segunda-feira, 15. (<http://oglobo.globo.com/brasil/processo-contra-relator-vice-de-comissao-sobre-terras-indigenas-chega-ao-stf-14832331>)

Apesar dos últimos encaminhamentos quanto ao andamento da questão em pauta, os povos indígenas de todo Brasil continuam com as manifestações contra a PEC 215. Em Roraima, as comunidades definiram realizar manifestações permanentes em suas bases, até que a questão seja definitivamente arquivada. Hoje, pela manhã, lideranças indígenas estiveram na sede do Conselho Indígena de Roraima (CIR) para acompanhar o processo e reafirmar a luta coletiva em defesa dos direitos dos povos indígenas.

Situação da nova proposta de relatório da PEC 215

No entendimento do Ministério Público Federal (MPF), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), juristas e demais órgãos de defesa dos direitos a PEC 215/2000 é inconstitucional por ferir os direitos dos povos indígenas garantidos como cláusulas pétreas na Constituição Federal e coloca em risco a cultura e a vida dos povos indígenas, ao transferir para o Congresso Nacional a competência de demarcar terras indígenas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 224/ 2014

Brasília, 16 de dezembro de 2014.

Na nova proposta de relatório apresentado no último dia 19 de novembro pelo Deputado Federal Osmar Serraglio (PMDB/PR), que altera a proposta anterior, amplia de forma truculenta a PEC 215. No relatório, estão incluídas as piores condicionantes impostas no processo de demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, tais como a criação de pelotões de fronteira, construção de hidrelétricas, mineração sem consulta as comunidades indígenas e a proibição de ampliação das terras indígenas em ilhas, além de afetar também as Unidades de Conservação (UC) e Territórios Quilombolas. Ou seja, a PEC 15 vem ampliada, buscando regulamentar os diversos projetos que afetam os direitos dos povos indígenas, inclusive a paralisação de demarcação das terras indígenas em todo Brasil.

Por conta dessas ameaças recentes, os povos indígenas do Brasil em defesa dos direitos constitucionais, artigos 231 e 232, seguem manifestando contra a PEC 215.

08 Terras indígenas podem ficar nas mãos de um Congresso ruralista
SÍTIO EM PAÍS, 15.12.2014

Deputados pró-direitos indígenas fazem malabarismos para evitar que a PEC-215 siga para votação no plenário

[Leia o conteúdo da PEC 215](#)

MARINA ROSSI / TALITA BEDINELLI



Índios participam de audiência da PEC 215/00 em 2013. / F. R. POZZEBOM (ABR)

“Eu só quero perguntar: vocês vão decretar hoje aqui a morte de 900.000 indígenas desse país?”. O questionamento foi feito a deputados na quarta-feira da semana passada por uma das poucas índias que conseguiu furar o bloqueio de segurança que resguardava a votação da PEC-215, uma Proposta de Emenda à Constituição que pode mudar radicalmente a forma como [as terras indígenas são demarcadas e utilizadas no país](#). E nesta terça-feira, ela pode ser aprovada pela comissão criada para apreciar o texto, o que significa estar a um passo de ser aprovada também pela Câmara e se transformar em lei.

A proposta, alvo de discussões que chegaram a acabar em troca de empurrões e puxões de cabelo, estava para ser aprovada em uma comissão especial da Câmara dos Deputados na semana passada e corria o risco de seguir para a aprovação no plenário, o que pode, segundo os índios, levar o “caos” ao país. Ela tira das mãos da Fundação Nacional do Índio (Funai) a prerrogativa de pedir ao Executivo a demarcação de terras,

CONT.



que passaria a ser decidida pelo Congresso. Para as entidades indígenas, [isso paralisaria as demarcações](#), que não são de interesse do grande bloco de deputados ligados aos grandes produtores rurais. Atualmente, os índios reivindicam 1.000 novas aldeias, diz o Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

[Proposta no ano 2000, a PEC debuta no Congresso](#), mas, sob pressão dos parlamentares ruralistas, avançou rapidamente desde o ano passado, com a criação de uma comissão para discutir o texto. E neste período seu teor só piorou. No mês passado, o relator da comissão, deputado Osmar Serraglio (PMDB), incluiu novas propostas em um substitutivo: além de passar a atribuição das demarcações para o Congresso, o texto afirma que os Parlamentares poderão autorizar a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e minerais nas aldeias sem que os índios sejam, necessariamente, consultados. Também veta a demarcação de áreas ocupadas por pequenas propriedades rurais, mesmo que as que forem reivindicadas pelos índios por terem sido ocupadas por seus ancestrais.

“Se ela for aprovada, ocorrerá o extermínio das populações indígenas e quilombolas do Brasil”, disse Dinama Tuxá, da comunidade de Rodelas, na Bahia, na semana passada em Brasília. A cada indício de votação, grupos de índios se aglomeram no Congresso, para pressionar os Parlamentares pela rejeição da proposta. “É um grupo de baderneiro, esse povo que é trazido pra cá para protelar a discussão”, reclama o deputado Luís Carlos Heinze, membro da comissão e presidente da Frente Parlamentar Agropecuária, favorável à aprovação da PEC. Ele chegou a ter os cabelos puxados na última terça-feira, durante uma das sessões da comissão, que acabou adiada novamente.

Para os ruralistas, que são 14 dos 21 deputados que fazem parte da comissão especial, a aprovação do projeto traria mais transparência ao processo de demarcação das terras. “A Funai começou a demarcar terras de forma exacerbada e com laudos fraudulentos”, acusa o deputado Nilson Leitão (PSDB). Procurada, a Funai não se pronunciou a respeito. Para os que se opõem à mudança, ela seria um retrocesso aos direitos indígenas. “A comissão especial foi criada majoritariamente por representantes desse segmento do agronegócio atrasado”, disse o deputado Sarney Filho, do PV, membro da comissão. “E essa é uma proposta reacionária, atrasada e que vai seguramente contra os interesses do Brasil e da sociedade”, disse.

Ao longo dos últimos anos, a votação da Proposta entrou e saiu da agenda dezenas de vezes. E na semana passada, mais um capítulo dessa novela será escrito em Brasília. Agendada para ser votada pela comissão na terça-feira, dia 9, o segundo agendamento só no mês de dezembro, a votação foi cancelada pela manhã. Na parte da tarde, Leitão, que é o vice-presidente da comissão, convocou novamente os parlamentares para debaterem o texto. Mas a votação foi obstruída por diversos pedidos dos parlamentares contrários à PEC, como a exigência da leitura de atas de reuniões. Nesta terça-feira, dia 16,

CONT.



a novela seguirá.

A estratégia desse grupo de deputados é tentar empurrar a discussão para o ano que vem. Caso isso aconteça, uma nova comissão deverá ser montada na próxima legislatura. “Aí vamos trabalhar para disputar mais espaço na composição da próxima comissão”, explica o deputado Jean Wyllys (PSOL).

O Governo federal já se manifestou algumas vezes contra a aprovação da PEC-215. No ano passado, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, afirmou que ela é inconstitucional. “Expressamos, em nome do Governo, a posição contrária à aprovação da PEC-215, por entender que ela é inconstitucional. Ela fere cláusulas pétreas da Constituição”, disse Cardozo. “Não resolve o problema [das demarcações] e gera situações de conflitos que precisam ser resolvidas. Demonstramos que, se o Congresso aprovar a PEC, ela não sobreviverá no Supremo Tribunal Federal.”

Em outubro do ano passado, a presidenta Dilma Rousseff reforçou a posição do Governo em sua conta no Twitter: “Orientei a base do Governo a votar contra a PEC”, escreveu, antes de mais uma das sessões de votação agendadas. O deputado Sarney Filho diz que, do lado dele, é feito o possível. “Usamos todos os meios para que a votação não ocorra, porque se ela ocorrer, podemos perder”, disse. Faltam poucos dias para o Congresso entrar no recesso de fim de ano. A estratégia de adiar a votação para o ano que vem, porém pode levar a um resultado desastroso para os defensores dos direitos indígenas. A bancada dos deputados ruralistas deve aumentar de 191 para 257 parlamentares.



Boletim de Notícias - Edição nº 224/ 2014

Brasília, 16 de dezembro de 2014.

09 Justiça determina retirada de colonos de terra indígena no Pará
SÍTIO EBC, 15.12.2014

Cerca de 500 famílias ocupantes da Terra Indígena Alto Rio Guamá deverão deixar a região a partir de janeiro.

[Baixar áudio](#)



Terra Indígena Terra Indígena Wikipédia

Após reunião realizada na última sexta-feira (12) entre o Ministério Público Federal (MPF), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a Polícia Federal (PF), uma comissão foi formada para que a reintegração de posse aconteça de forma pacífica. A atenção na área é latente.

[Confira outros destaques da Rádio Nacional da Amazônia!](#)

No dia 1º de dezembro, cinco colonos ficaram feridos em conflito com indígenas. Duas sentenças da Justiça Federal em Paragominas determinam a retirada de todos os não-índios da região.

No final de novembro, o MPF enviou recomendação ao Incra pedindo o reassentamento urgente dos colonos, mas, uma semana depois, o conflito ocorreu.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 224/ 2014

Brasília, 16 de dezembro de 2014.

O superintendente do Incra em Belém, Nazareno de Souza Santos, explicou que o órgão tentou reassentar cerca de 40 famílias em uma área que é próxima à terra indígena, mas que elas se recusaram a seguir para o acampamento. Agora, o órgão estuda outras possibilidades.

A procuradora do MPF no Pará, Nathália Mariel, explicou que, após intimação, as famílias terão 30 dias para sair de forma voluntária. Ela ressaltou que a situação de cada uma deve ser estudada.

A Terra Indígena Alto Rio Guamá, com pouco mais de 279 mil hectares, é uma das mais antigas da Amazônia e teve o território reconhecido em 1945 pelo então governador do Pará, Magalhães Barata.

Em 1988, durante o processo de demarcação federal, o ministro da Reforma Agrária à época, Jader Barbalho, dividiu a terra dos Tembé, Timbira e Kayapó em duas partes, criando vilas agrícolas no meio do território indígena e abrindo espaço para a invasão de vários pontos.

Em 1993, a divisão feita por Barbalho foi anulada e a Terra Indígena Alto Rio Guamá teve a demarcação definitiva homologada pelo Governo Federal em toda a sua extensão.

Confira, ainda, no **Repórter Amazônia** desta segunda-feira (15):

- Corregedoria de Justiça do Maranhão vai investigar conduta de juiz que deu voz de prisão a funcionários de companhia aérea.
- Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá promove mutirão para atender pacientes com câncer.
- Começa, em Rio Branco, o "Festival Gastronômico de Mercado".

O **Repórter Amazônia** é uma produção da **Rede de Rádios Públicas da Amazônia** e vai ao ar de segunda a sexta-feira, às 18h30, pela **Rádio Nacional da Amazônia**, uma emissora da **Empresa Brasil de Comunicação (EBC)**.



10 Indígenas protestam contra sentença e ação missionária
SÍTIO CEDEFES, 15.12.2014

Decisão que considerou indígenas “falsos” é alvo de protestos na Amazônia que visam, também, denunciar atuação de antropólogo missionário

A sentença de um juiz em Santarém que disse que indígenas do baixo rio Tapajós eram “falsos” e que a terra indígena em processo de demarcação pela Funai era “inexistente”, tem sido alvo de intensos protestos na cidade. Assim que souberam do conteúdo da decisão de Airton Portela, os povos do Baixo Tapajós e Arapiuns desceram os rios e ocuparam o Fórum. Diversos movimentos sociais da região se uniram aos indígenas, assim como a diocese de Santarém, a Comissão Pastoral da Terra, a Terra de Direitos, entre outras entidades que assinam o manifesto reproduzido ao final deste post.

A Justiça Federal fechou as portas e negou-se a receber os manifestantes, que pularam o muro e acamparam dentro das instalações. Um #Occupy na Justiça Federal. Durante a noite, foi feita uma cerimônia ritual. Ou uma “suposta” cerimônia ritual, como diria o juiz de acordo com os termos que ele utilizou na sentença para se referir aos “supostos indígenas”. Nos cartazes, chamam a Justiça de racista.

Nesse protesto chamou a atenção um cartaz inesperado: dois indígenas portam um cartaz culpando a Mormaii por financiar o “falso antropólogo” Edward Luz. Luz foi contratado pela associação Acutarm, lado oposto aos indígenas no conflito, e elaborou um laudo contra a demarcação da terra indígena. Ele se vangloriou no Twitter por ter produzido os principais argumentos acatados pelo juiz Portela contra os direitos indígenas – mesmo sem ter sido citado na sentença. Os indígenas denunciaram que a Mormaii patrocina uma ação “humanitária” na região em que ONGs ligadas a Luz são beneficiadas, e que isso estaria acirrando ainda mais os conflitos entre as comunidades, e isso repercutiu nas redes sociais.

A missão proselitista e os conflitos internos

Em seu website, a Mormaii [diz que](#) “Só uma marca como a Mormaii com espírito de aventura, arrojada e que vence obstáculos, busca atingir aqueles que precisam de ajuda, mas que dificilmente a receberiam devido às distâncias e barreiras naturais”. Essa “aventura” da Mormaii é o patrocínio do projeto “Águas da Amazônia”, coordenado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o desenvolvimento dos Povos e Comunidades tradicionais (NEP-DPTC) do Centro Universitário de Anápolis, do qual Luz faz parte. Foi Luz

CONT.



quem teria sugerido à Mormaii trabalhar nessa região de conflito através de uma parceria com a missão evangélica Asas do Socorro. Segundo ele, o Baixo Tapajós seria uma “região necessitada”.

Assim que a denúncia dos indígenas começou a circular, Luz apressou-se nas redes sociais a defender a Mormaii e atacar os indígenas que protestavam: “não tem nenhum “indígena” nesta foto, mas mestiços militantes q querem ser reconhecidos como tal. [#AquiNãoMermão](#)”. Luz costuma ser bastante ofensivo e agressivo nas redes contra quem pensa diferente de sua maneira: “please, não deixem esse militonto [@felipedjeguaka](#) denegrir vosso trabalho incrível no PA. Façam esse irresponsável responder”. E também: “sorte sua q eu não tenho os advogados da @mormaiioficial senão já tinha te assado na justiça” – escreveu ele, com a intenção de incitar a Mormaii a me processar judicialmente para intimidar este trabalho jornalístico, o que, além de tudo, ainda ameaça a liberdade de imprensa e de expressão.

Uma grande confusão no burburinho das redes sociais é a razão dessa aliança. Os indígenas especulam que Luz tenha procurado o investimento da Mormaii para agir em meio ao conflito de que ele mesmo é parte como antropólogo que advoga para um lado. Ao menos, a atuação das missões financiadas pela empresa de surf pode ter tido, até que o caso seja mais esclarecido, um impacto na fomentação dos conflitos e atuação racista na área. É o que informam as lideranças do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA), como Dinael Cardoso.

A parceria organizada por Luz que envolve financiamento da Mormaii, a ONG holandesa Terre des Hommes, dona do barco de saúde Abaré, e a missão Asas do Socorro. O contexto da atuação das missões proselitistas na Amazônia, como a Asas do Socorro e da missão do pai de Luz, New Tribes Mission, e a busca por almas para evangelizar, foi objeto de uma [longa investigação](#) que publiquei na revista RollingStone.

Aventura na selva

Os anos de 2010 a 2012 foram bastante tensos na região da Gleba Nova Olinda, no alto rio Arapiuns. As comunidades contrárias a exploração madeireira, muitas das quais se identificam como indígenas, haviam queimado duas balsas lotadas de madeira em protesto. Queriam o fim da exploração madeireira predatória na região. E o barco de saúde Abaré, que era utilizado pelo Projeto Saúde e Alegria, que trabalha desde os anos 1980 na região, estava em disputa. Foi nesse contexto que surgiu a expedição idealizada por Luz para uma região “necessitada”. E essa ação de saúde bucal que ele trouxe para a área,

CONT.



de cunho “humanitário”, pode não apenas ter sido o estopim para acirrar conflitos sociais, como para a prática de proselitismo religioso.

Lideranças do CITA, como Dinael Cardoso e João Tapajós, além de outros comunitários entrevistados, disseram que o barco, enquanto funcionou com as missões evangélicas e com a Mormaii, apenas atracava em comunidades evangélicas na Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns, como a Prainha do Maró e a Nova Canaã. Teriam se recusado, inclusive, a atracar em comunidades não evangélicas. Essas ações também teriam sido discriminatórias, atendendo apenas àqueles que não se identificavam como indígenas, o que teria provocado mal estar — de acordo com as lideranças do CITA.

Procurei a Mormaii para ouvir da empresa a sua versão sobre essas denúncias. Liguei diversas vezes, falei com diferentes atendentes, e enviei e-mails solicitando informações. Eu já havia procurado a Mormaii em 2012, quando fui informado, pela primeira vez, pelos indígenas da região, e ouvi dois representantes da empresa que haviam se mostrado “surpresos” e se recusaram a conceder uma entrevista ou enviar um comunicado – apenas divulguei em minha conta pessoal no Twitter a relação da Mormaii com a missão Asas do Socorro.

Desta vez, após a sentença e o protesto dos indígenas, procurei, novamente, a Mormaii, e fui atendido por Sacha Juanuk, gerente comercial, que antes de começar a responder perguntas pediu o meu endereço pessoal — o que não é usual na relação entre jornalistas e entrevistados— para “enviar informativos”. Em seguida, pediu 48 horas para se pronunciar, e logo depois passou a responder parcialmente as questões, mostrando-se estar surpreso pela situação de conflito no rio Arapiuns e que envolve a ação da empresa.

“Temos hoje todo um release de um material onde deixa muito claro onde a Mormaii participa, chega e o ônus nesse projeto”, afirmou Juanuk. Pedi para ele enviar o material por e-mail para apresentar nesse texto, o que foi recusado. Algumas informações do projeto podem ser acessadas no website da Mormaii, como na página <http://www.mormaii.com.br/sem-categoria/2012/05/projeto-social-aguas-da-amazonia-em-nova-missao/>

Juanuk disse que não sabia que a área de atuação do projeto social era uma área de conflito na Amazônia. “Nossa filosofia de trabalho é levar qualidade de vida e elevar o nível de consciência dos envolvidos”, disse. E disse duvidar “que a Mormaii tenha envolvimento que possa afetar qualquer ser humano. A Mormaii, pela instituição, pela dimensão, afeta o meio ambiente. Mas não é isso, a nossa atividade principal é outra. A Mormaii não tem conhecimento de que essa é uma área de conflito”, insistiu Sacha Juanuk, não antes sem tecer para mim elogios do “seu bom trabalho de jornalista” através do qual, segundo ele, teria ficado sabendo do protesto dos indígenas. Juanuk afirmou que iria buscar mais informações internamente para responder as questões que fiz, porém ele não atendeu mais as ligações.

CONT.



A Missão

A Asas do Socorro, parceira da empresa de surf, já foi expulsa da Venezuela e do Suriname, entre outros países, acusada de praticar proselitismo religioso. No Brasil, o proselitismo entre povos indígenas também é proibido — e as agências missionárias desse cunho foram expulsas, em 1991, de todas as terras indígenas, durante a gestão do sertanista Sydney Possuelo como presidente da Funai. Um dos fatos que levaram à decisão da Funai foi justamente a atuação da missão evangélica presidida pelo pai de Edward Mantonelli Luz (o antropólogo contratado pela Acutarm), que se chama Edward Gomes Luz e é o presidente da New Tribes Mission no Brasil (NTMB), junto dos Zo'é, indígenas que vivem na Calha Norte do Pará e cujo acesso aéreo se dá a partir de Santarém.

A sede da New Tribes no Brasil fica na cidade de Anápolis (GO), onde também se localiza a Unievangélica, o NEP-DPTC — de Luz filho — e a Asas do Socorro. O contexto dessas organizações missionárias, que integram o guarda chuva da Associação das Missões Transculturais Brasileiras (AMTB) cujas ações são descritas pela Procuradoria Geral da República da 6ª Câmara e pela Funai como proselitista, está na reportagem [O Mercado de Almas Selvagens](#).

A expulsão da família Luz e a NMTB dos Zo'é foi um duro golpe na vida dos missionários, que nunca desistiram de tentar retornar para a área. Luz filho nunca esqueceu desse trauma, como me disse pelo twitter: “eu morei em STM (Santarém) minha infância e adolescência? Conheço a carência da região faz muito tempo e quero ajudar!”

A Funai tem denunciado as investidas da missão New Tribes para tentar retornar para a área indígena e recomeçar o proselitismo entre os Zo'é, como em um programa de Luciano Huck na TV Globo. Os Zo'é são considerados um povo “de recente contato” pela Funai. Uma base forte em Santarém poderia ser uma estratégia geopolítica de atuação. É possível, dessa maneira, que trama política e econômica em torno da região da Gleba Nova Olinda, no rio Arapiuns, envolva além de problemas de identificação indígena, exploração madeireira, e a sentença do juiz Portela, mas inclusive relação com a expulsão da New Tribes Mission dos Zo'é, em 1991.

Outro fato relacionado a este conflito é que, em 1991, o Projeto Saúde e Alegria havia feito uma parceria com a Funai para cuidar da saúde dos Zo'é após a expulsão da New Tribes. A situação era de emergência em razão da intensa mortandade e alta contaminação por gripe e malária que estava dizimando os índios. A missão New Tribes chegou inclusive a ser acusada de genocídio, e o descaso com a saúde dos indígenas era a principal acusação formal da Funai.

CONT.



Vinte anos mais tarde, nas expedições realizadas pelo rio Arapiuns e que podem ter fomentado ainda mais o rivalidade entre as comunidades, foi utilizado o mesmo barco que o PSA sempre utilizou, o Abaré, um barco bastante conhecido na região. Porém, dessa vez, nas mãos do projeto Águas da Amazônia da parceria da Mormaii, Asas do Socorro e NEP-DPCT. Ao contrário de seus usos anteriores, no Abaré, durante essas expedições, novamente de acordo com as lideranças do CITA, a saúde teria sido promovida seletivamente, apenas para pessoas de uma certa categoria étnica, ou seja, que não se identificavam como indígenas.

A sentença de Portela, que segue o argumento de Luz, pode ter colocado mais gasolina nessa disputa que aparentemente vai além de terra e de madeira – mas também de almas. Dada Borari, uma das principais lideranças indígenas da região, é ameaçado de morte e tem sido vítima constante de difamação, seja pelo trabalho do antropólogo contratado por seus inimigos, seja até pela já citada matéria da revista Veja que expunha Dadá, ou mesmo agora, por um juiz federal. Há um temor na região de que a sentença venha a desencadear mais violência física nesse conflito e resultar em mortes.

Antes de terminar este texto liguei novamente para a Mormaii, na tarde da quinta-feira 11 de dezembro, para ouvir a versão da empresa sobre essa acusação de lideranças do CITA de que o projeto Águas da Amazônia teria discriminado as pessoas indígenas, mas Juanuk limitou-se a dizer que a “Mormaii vai publicar um comunicado no site” e desligou o telefone.

Abaixo, uma carta dos movimentos sociais de Santarém

CARTA CIRCULAR DOS POVOS INDÍGENAS DO BAIXO TAPAJÓS

Nós, povos indígenas de diversas etnias como: Arapiun, Arara-vermelha, Apiaká, Borari, Cumaruara, Jaraky, Maytapú, Munduruku, Munduruku-cara-preta, Tapajó, Tapuia, Tupinambá e Tupaiú, localizados na Região do Baixo Tapajós, dos Municípios de Santarém, Belterra e Aveiro, no Oeste do Pará, além de contarmos com o apoio de etnias de outras Regiões, COMUNICAMOS à sociedade em geral que, desde hoje (09/12/2014) estamos OCUPANDO o prédio da JUSTIÇA FEDERAL, localizada no Município de Santarém, por prazo indeterminado, como uma forma de protestar contra SENTENÇA JUDICIAL proferida pelo juiz da 2ª VARA FEDERAL, o senhor José Airton Portela, que declara “a inexistência da terra indígena

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 224/ 2014

Brasília, 16 de dezembro de 2014.

Maró”, localizada na chamada Gleba Nova Olinda. O juiz declara em 106 laudas que os indígenas da T.I Maró seriam uma farsa.

Por conta dessa sentença judicial discriminatória, nós, povos indígenas acima mencionados, REAFIRMAMOS nossas identidades indígenas, não aceitamos no decorrer da História e não aceitaremos jamais a violência do branco colonizador, a recusa de nossas crenças, de nossa cultura e de nossos valores. Sabemos que as leis de forma geral não nos favorecem, porém não há lei que possa nos exterminar. Temos clareza que a política implementada pelos governos é anti-indígena e anti-ambiental.

Existimos sim, e sobreviveremos a mais um ataque preconceituoso e racista da elite branca santarena, da imprensa vendida, dos setores do agronegócio, e de políticos ruralistas. Resistimos a todas as adversidades no curso de nossa História com muita luta e dessa vez não será diferente.

Estamos com apoio de vários movimentos e entidades, na certeza que essa batalha será de longa duração. Por fim, tal sentença esta sintonizada com a escalada de violência na qual o nosso povo é submetido por todo o Brasil, assim queremos responsabilizar o Juiz Airton Portela por toda e qualquer violência cometida contra os nossos direitos, territórios e principalmente contra as nossas vidas.

Santarém, 09 de dezembro de 2014.

Conselho Indígena Tapajós Arapiuns – CITA

Conselho Indígena Intercomunitário Arapiun/Borari

Grupo Consciência Indígena

Comissão Pastoral da Terra – Santarém

Terra de Direitos

Diretório Central dos Estudantes – UFOPA

União dos Estudantes de Ensino Superior de Santarém – UES

Coletivo Juntos

Coletivo Feminista Rosas de Liberdade

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais de Santarém

Fonte: <http://www.cartacapital.com.br/>



11 Grupo Internacional de Trabalho pelos Povos Autóctones pede apoio da imprensa francesa para os Povos Indígenas do Brasil

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.12.2014

Por CombateRacismoAmbiental

Groupe international de travail pour les Peuples Autochtones

GITPA

Si cette lettre ne s'ouvre pas cliquez [ici](#)

MESSAGE À LA PRESSE FRANÇAISE

URGENCE AU BRÉSIL

Aujourd'hui, les terres indigènes dûment reconnues et protégées par l'État sont les seuls espaces qui restent absolument à l'abri du déboisement et de l'avancée des fronts agricoles.

LE CONGRÈS BRÉSILIEN À L'ASSAUT DES DROITS DES PEUPLES AUTOCHTONES INDIENS AU BRÉSIL !



Protestation de leaders indiens contre la PEC 215 dans les couloirs du Congrès brésilien le 12 décembre 2014

Le Congrès brésilien tente de faire passer des réformes légales violant les droits constitutionnels des Indiens. Depuis plusieurs années les principaux lobbys de l'agrobusiness et des secteurs les plus conservateurs du Congrès tentent de faire voter plusieurs projets de lois et amendements constitutionnels qui vont à l'encontre des droits des autochtones, conquis après des décennies de lutte à la fin des années 1980.

La principale tentative de modification de la législation concerne le chapitre 231 de la Constitution, le projet d'amendement PEC215 prétend transférer la prérogative du processus de démarcation (délimitation et cadastrage foncier) de l'exécutif au pouvoir législatif.

Cela signifie très concrètement l'arrêt et le boycott pur et simple de ces processus de reconnaissance de terres.

De fait, si l'exécutif est encore indépendant pour procéder aux délimitations de terres indigènes, le transfert de cette prérogative à la Chambre mettra l'avenir des Indiens dans les mains des aînés d'alliance politico-économiques et des pressions des grands lobbys qui contrôlent le Congrès, tout particulièrement (mais pas uniquement) celui de l'agrobusiness (bancada ruralista).

Aujourd'hui, les terres indigènes dûment reconnues et protégées par l'État sont les seuls espaces qui restent absolument à l'abri du déboisement et de l'avancée des fronts agricoles.

La PEC215 devant être votée avant la fin du mandat de l'actuel gouvernement sous peine de se voir archivée, les membres du lobby de l'agrobusiness et leurs alliés redoublent de subterfuges pour tenter de le faire voter au plus vite.

La semaine dernière, plusieurs de ces tentatives ont échoué et le vote a été finalement remis au 16 décembre. Les Indiens, leurs associations et représentants, ainsi que leurs alliés, sont mobilisés, mais nous avons besoin de la presse internationale.

Nous avons besoin de visibilité.

D'autres Projets de Loi menacent les droits indigènes constitutionnellement garantis, c'est le cas du projet de loi PL1610/06 qui voudrait rendre légales les exploitations minières en terres traditionnelles. Son auteur, le Sénateur Romero Jucá, est lié aux grandes entreprises d'exploitation minière du Brésil

www.gitpa.org

Tania Pacheco – [Combate Racismo Ambiental](http://CombateRacismoAmbiental)

“Os indígenas, suas associações e representantes, assim como seus aliados, estão mobilizados, mas nós precisamos da imprensa internacional. Nós precisamos de visibilidade”. Essa é talvez a essência da mensagem que o GTPA (Grupo Internacional de Trabalho pelos Povos Autóctones), sediado na França, está enviando hoje para toda a Imprensa francesa. Nela, eles pedem atenção especial para o caso dos povos indígenas brasileiros frente à tentativa do Congresso de alterar questões fundamentais da Constituição de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 224/ 2014

Brasília, 16 de dezembro de 2014.

1988.

A ação do agronegócio e dos parlamentares ruralistas e seus parceiros é denunciada, incluindo as tentativas de fazer passar a PEC 215 através de sessões extraordinárias, semana passada. E uma atenção especial é pedida para amanhã, dia 16, quando está marcada a próxima reunião da 'comissão especial'. As ameaças relativas à legislação sobre mineração também não são esquecidas.

Nessa solidariedade que é importante também no que diz respeito à internacionalização das lutas, há um detalhe que deve ser registrado: a notícia foi enviada ao GTPA por Oiara Bonilla, numa bela contribuição para os Povos Indígenas e para tod@s que lutamos por justiça.

Abaixo, transcrevemos a mensagem original em francês e, em seguida, a versão em português, trazida por Stéphen Bry, para facilitar a leitura.

MESSAGE À LA PRESSE FRANCAISE

URGENCE AU BRESIL

Aujourd'hui, les terres indigènes dument reconnues et protégées par l'État sont les seuls espaces qui restent absolument à l'abri du déboisement et de l'avancée des fronts agricoles.

LE CONGRÈS BRÉSILIEN À L'ASSAUT DES DROITS DES PEUPLES AUTOCHTONES INDIENS AU BRESIL !



Protestation de leaders indiens contre la PEC 215 dans les couloirs du Congrès brésilien, le 12 décembre 2014

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 224/ 2014

Brasília, 16 de dezembro de 2014.

Le Congrès brésilien tente de faire passer des réformes légales violant les droits constitutionnels des Indiens. Depuis plusieurs années les principaux lobbys de l'agrobusiness et des secteurs les plus conservateurs du Congrès tentent de faire voter plusieurs projets de lois et amendements constitutionnels qui vont à l'encontre des droits des autochtones, conquis après des décennies de lutte à la fin des années 1980.

La principale tentative de modification de la législation concerne le chapitre 231 de la Constitution, le projet d'amendement PEC215 prétend **transférer la prérogative du processus de démarcation (délimitation et cadastrage foncier) de l'exécutif au pouvoir législatif.**

Cela signifie très concrètement l'arrêt et le boycott pur et simple
de ces processus de reconnaissance de terres.

De fait, si l'exécutif est encore indépendant pour procéder aux délimitations de terres indigènes, le transfert de cette prérogative à la Chambre mettra l'avenir des Indiens dans les mains des aléas d'alliance politico-économiques et des pressions des grands lobbys qui contrôlent le Congrès, tout particulièrement (mais pas uniquement) celui de l'agrobusiness (bancada ruralista).

Aujourd'hui, les terres indigènes dument reconnues et protégées par l'Etat sont les seuls espaces qui restent absolument à l'abri du déboisement et de l'avancée des fronts agricoles.

La PEC215 devant être votée avant la fin du mandat de l'actuel gouvernement sous peine de se voir archivé, les membres du lobby de l'agrobusiness et leurs alliés redouble de subterfuges pour tenter de le faire voter au plus vite.

La semaine dernière, plusieurs de ces tentatives ont échoué et le vote a été finalement remis au 16 décembre. Les Indiens, leurs associations et représentants, ainsi que leurs alliés, sont mobilisés, mais nous avons besoin de la presse internationale.

Nous avons besoin de visibilité.

D'autres Projets de Loi menacent les droits indigènes constitutionnellement garantis, c'est le cas du projet de loi PL1610/96 qui voudrait **rendre légales les exploitations minières en terres traditionnelles**. Son auteur, le Sénateur Romero Jucá, est lié aux grandes entreprises d'exploitation minière du Brésil.

www.gitpa.org

CONT.



MENSAGEM À IMPRENSA FRANCESA

EMERGÊNCIA NO BRASIL

Hoje, as terras indígenas devidamente reconhecidas e protegidas pelo Estado são os únicos espaços ainda preservados do desmatamento e do avanço da frente agrícola.

O CONGRESSO BRASILEIRO ATACANDO OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL!

[foto: Protesto de líderes indígenas contra a PEC 215 nos corredores do Congresso, no dia 12 de dezembro de 2014]

O Congresso tenta impor reformas legais violentando os direitos constitucionais dos indígenas. Há vários anos, os principais lóbis do agronegócio e dos setores mais conservadores do Congresso tentam aprovar vários projetos de lei e emendas constitucionais contrários aos direitos indígenas, conquistados após décadas de luta no final dos anos 1980.

A principal tentativa de modificação da legislação diz respeito ao artigo 231 da Constituição, o projeto de emenda constitucional (PEC) 215 pretende transferir a prerrogativa do processo de demarcação do executivo ao poder legislativo.

Isso significa a paralisação e o boicote destes processos de reconhecimento das terras indígenas.

De fato, se o executivo ainda é independente para demarcar as terras indígenas, a transferência desta responsabilidade à Câmara colocará o futuro dos Índios nas mãos das alianças político-econômicas e das pressões dos grandes lóbis que controlam o Congresso, em particular (mas não só) a bancada ruralista.

Hoje, as terras indígenas devidamente reconhecidas e protegidas pelo Estado são os únicos espaços ainda preservados do desmatamento e do avanço da frente agrícola.

A PEC 215 deve ser votada antes do final do mandato do atual governo para não ser arquivada, os membros da bancada ruralista e seus aliados fazem de tudo para que a votação seja feita o mais rápido possível.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 224/ 2014

Brasília, 16 de dezembro de 2014.

A semana passada, várias tentativas não vingaram e a votação foi adiada para o dia 16 de dezembro. Os Índios, suas associações e seus representantes, assim como seus aliados, estão mobilizados, mas precisamos da imprensa internacional.

Precisamos de visibilidade.

Outros projetos de lei ameaçam os direitos indígenas constitucionalmente garantidos, é o caso do projeto de lei PL 1610/96 que pretende tornar legal as explorações de minério nas terras tradicionais. Seu autor, o senador Romero Jucá, é ligado às grandes mineradoras do Brasil.

www.gitpa.org

12 Os interesses privados dos parlamentares que querem aprovar a PEC 215

SÍTIO CIMI, 15.12.2014

Inserido por: Administrador

Fonte da notícia: [Greenpeace](http://www.greenpeace.org)



Esta semana, uma das maiores ameaças aos direitos indígenas volta à pauta da Câmara dos Deputados. A Proposta de Emenda Constitucional 215 (PEC 215) que transfere a prerrogativa de homologar Terras Indígenas (TIs), Unidades de Conservação (UCs) e territórios quilombolas para o Poder Legislativo. Atualmente, essas áreas protegidas têm seu processo de reconhecimento, demarcação e homologação conduzido por órgãos do Poder Executivo. A assinatura final é da Presidência da República. Entre outras alterações, a PEC 215 visa condicionar as homologações à aprovação no Congresso Nacional. Na prática, essa mudança representaria a paralisação de todos os processos de criação desses territórios – instrumentos fundamentais para a garantia dos direitos de povos indígenas, comunidades tradicionais e para a preservação de biomas ameaçados como o Cerrado e a Amazônia.

Uma análise sobre o financiamento das campanhas e a atuação de parte dos parlamentares que compõem a Comissão Especial na qual a PEC tramita, porém, revela que não é exatamente o interesse público que os move. Os principais articuladores da PEC215 tiveram suas campanhas financiadas por doações de empresas ligadas ao agronegócio e à mineração, grandes interessadas em dificultar a demarcação de novas áreas protegidas.

A indústria de mineração, por exemplo, está em uma corrida por novas fronteiras de exploração de jazidas,

CONT.

muitas das quais se encontram em plena floresta amazônica. Um [estudo do Instituto Socioambiental](#) aponta que existem mais de 4 mil processos minerários (pedidos de autorização para pesquisa e lavra) em áreas de Terras Indígenas. Ou seja, dificultar a criação de TIs significaria facilitar o acesso de grandes mineradoras a áreas ainda intocadas de floresta com alto valor comercial.

Assim como a mineração, o agronegócio também encontra nessas áreas uma barreira para sua expansão. Na Amazônia, por exemplo, o “arco do desmatamento”, onde a monocultura segue pressionando as bordas da floresta, é contido justamente por um cinturão de UCs e TIs. Por outro lado, os locais onde as áreas de floresta ainda estão desprotegidas são mais vulneráveis à ação de desmatadores, como madeireiros ilegais. Uma vez que a floresta é derrubada, ela perde seu valor comercial e passa a ser atraente para o agronegócio.

Rômulo Batista, da Campanha da Amazônia do Greenpeace Brasil, acredita que a luta travada pelos defensores da PEC 215 se assemelha à votação do novo Código Florestal, em 2012. “Do ponto de vista do potencial de destruição, a PEC 215 tem tudo para ser uma reedição do novo Código Florestal. Até os argumentos falaciosos usados pela bancada ruralista são semelhantes, como a história de que estão defendendo o interesse dos pequenos agricultores, quando na verdade são grandes empresas as maiores interessadas”.

Conheça abaixo os principais articuladores da PEC 215 no Congresso Nacional e seus respectivos financiadores. As informações foram retiradas do site [República dos Ruralistas](#):

 Nilson Leitão (PSDB/MT)	- Vice-presidente da Comissão Especial que analisa a PEC 215 - Recebeu doação da Agrimat Engenharia e Galvão Engenharia, empresas de engenharia agrícola - Na última quarta-feira, chegou a expulsar indígenas da sessão da Comissão. - Pediu a criação da CPI para investigar a Funai e o Incra - Votou a favor da alteração do Código Florestal.
--	--

 Luis Carlos Heinze (PP/RS)	- 2o Vice-presidente da Comissão Especial que analisa a PEC 215 - Recebeu doações da Bunge, Camil, Gerdau, JBS, Klabin, Cosan e Seara - Foi eleito "Racista do Ano", pela ONG britânica Survival International, por dizer em audiência pública que negros, homossexuais e indígenas representam "tudo que não presta". - Apoiou CPI da Funai - Votou a favor da alteração do Código Florestal - Votou contra a PEC do Trabalho Escravo
 Junji Abe (PSD/SP)	- 3o Vice-presidente da Comissão Especial que analisa a PEC 215 - Recebeu doação da Suzano Papel e Celulose - Votou a favor da alteração do Código Florestal - Votou contra a PEC do Trabalho Escravo
 Osmar Serraglio (PMDB/PR)	- Relator da Comissão Especial que analisa a PEC 215 - Recebeu doação da Klabin - Engajado na mudança do procedimento de demarcação de terras indígenas - Votou a favor da alteração do Código Florestal

 Nelson Padovani (PSC/PR)	- Vice-relator da Comissão Especial que analisa a PEC 215 - Articulador de propostas que visam permitir a “concessão” de terras indígenas a produtores rurais - Pediu a criação da CPI da Funai - Votou a favor da alteração do Código Florestal - Votou contra a PEC do Trabalho Escravo
 Moreira Mendes (PSD/RO)	- Apoiador da PEC 215 - Recebeu doações da Bunge, Associação de Armas e Munições e Cosan - Engajado na mudança dos procedimentos de demarcação de Terras Indígenas - É o autor do projeto de lei que modifica o conceito de trabalho escravo (PL 3842/12) - Defende que “terra indígena é a que estava ocupada até a Constituição de 88”

13 Pescadores conquistam título de trabalho artesanal
SÍTIO A VOZ DA CIDADE, 15.12.2014

FOTO: DIVULGAÇÃO



Este é primeiro TAC para o setor do país

PARATY

O prefeito Casé participou na última quinta-feira da assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta, para permitir que 25 pescadores de Tarituba possam se dedicar legalmente à pesca artesanal na área da Estação Ecológica Tamoios (Esec-Tamoios).

É o primeiro TAC para o setor firmado no país. O acordo só foi possível graças ao esforço da Secretaria Municipal de Pesca, da Colônia de Pescadores e da direção da Esec Tamoios. Durante a assinatura do documento, o prefeito Casé também destacou a parceria com a Câmara Municipal, em especial ao vereador Luciano Vidal.

A expectativa da prefeitura é de que a conquista possa ser estendida a outros pescadores do município, por meio de novos Termos de Ajustamento de Conduta.

O pescador Ademir de Castro, 61 anos, foi o primeiro a assinar o TAC. Ele disse que agora vai poder pescar com linha e rede em áreas antes interditadas pelos órgãos ambientais. “Vivo da pesca há 25 anos. Esse acordo vai ser muito importante para todos na comunidade”, declarou.



Boletim de Notícias - Edição nº 224/ 2014

Brasília, 16 de dezembro de 2014.

14 #PEC215Não: Informe parcial de dentro da CDH/CD
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.12.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



Foto: Henyo Trindade Barretto Filho

Por [Henyo Trindade Barretto Filho](#)

Estamos na CDH/CD com alguns parentes, após reunião com parlamentares. A informação é a de que a reunião da PEC 215 foi cancelada hoje, com chance maior de acontecer amanhã. Contudo, não é nada segura essa informação, já que tudo pode mudar com uma decisão do Presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves. Apesar da reunião de hoje contar como cancelada, mais cedo membros da bancada ruralista protocolaram na Mesa da Câmara requerimento solicitando Sessão Extraordinária da Comissão Especial que analisa a PEC 215.

Informações de corredor davam conta que Presidente da Casa teria deferido, mas tudo indica que Dep. Afonso Florence (Presidente da Comissão Especial) cancelou a reunião. Está rolando uma série de contatos e articulações com parlamentares e Ministros de Estado. Até o momento os seguranças seguem não permitindo a entrada de indígenas. Só o grupo que está na Câmara permanece aqui.

Informes dão conta de que quatro indígenas (um Guarani, um Terena e dois Pataxós) foram presos pela

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 224/ 2014

Brasília, 16 de dezembro de 2014.

PM a caminho de uma reunião no MJ com o Ministro José Eduardo Cardozo, sem motivo aparente, assim que desceram da van. Estamos apurando a informação.

A única notícia boa até o momento é que o PL do Jucá no Senado foi retirado de pauta e só volta na próxima legislatura. Permanecemos e mobilizados aqui na Câmara. Maiores e melhores informações no fim da tarde.



15 Sumiço de mortos em terra indígena faz 1 ano: 'dor não acaba', diz família
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 16.12.2014

*Nesta terça (16) completa um ano do desaparecimento dos três homens.
Grupo indígena acusado por assassinatos na Transamazônica.*

Adneison Severiano

Do G1 AM

<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2014/12/sumico-de-mortos-em-terra-indigena-faz-1-ano-dor-nao-acaba-diz-familia.html>

O desaparecimento de três homens na reserva indígena Tenharim, situada no Sul do Amazonas, completa um ano nesta terça-feira, 16 de dezembro. O sumiço gerou vários conflitos na região. Luciano Freire, Stef Pinheiro de Souza e o funcionário da Eletrobras Amazonas Energia Aldeney Salvador foram encontrados mortos meses depois na terra indígena. Um grupo de índios é acusado dos assassinatos. Cinco dos seis réus estão presos. No entanto, a autoria dos crimes ainda não foi totalmente esclarecida. A primeira audiência de instrução e julgamento dos acusados foi adiada para 2015. Familiares cobram celeridade no caso.

Otília Moraes Freire, avó do vendedor Luciano Freire, aguarda pela conclusão do caso. Ela lembra momentos que passou ao lado do neto. "Foi um menino que criei desde dos dois anos, que saiu de casa para casar. Essa dor não acabará", desabafou em entrevista à TV Rondônia.

A esposa de Stef Pinheiro, Irisnéia Santos Azevedo, também lembrou o caso. "Eu pensava que com o tempo a dor iria diminuir, mas estava enganada, porque a cada dia que passa, é uma lembrança nova. Lembro dos detalhes que vivemos juntos e até coisas que não davámos importância. Hoje faz muita falta", disse.

Para Adriana dos Santos, esposa do Luciano Freire, o desfecho do caso aumenta o sofrimento da família. "Até hoje não sabemos e não entendemos o motivo pelo qual fizeram tudo isso. É uma resposta que vamos buscar pelo resto de nossas vidas. O que mais nos atormenta é não saber o porquê de tanta maldade com três pessoas inocentes", destacou Adriana.

CONT.



O advogado Carlos Evaldo Terrinha, que representa as famílias das vítimas, disse que há uma expectativa pela punição dos culpados. "A sociedade está aguardando o bater do martelo da Justiça. As famílias clamam por justiça e a conclusão da ação penal", afirmou o advogado.

Entenda o caso

As três vítimas desapareceram no dia 16 de dezembro de 2013. Os corpos dos homens foram encontrados em fevereiro deste ano durante uma operação de buscas pela área da Transamazônica (BR-230), entre as aldeias Taboca e Marmelos.

Cinco dos seis réus apontados como autores dos assassinatos estão presos e afirmam que são inocentes. O sexto suspeito aguarda o julgamento em liberdade. Todos são índios da etnia Tenharim. A suspeita é de que os crimes tenham sido uma resposta à morte do cacique Ivan Tenharim, cujo corpo foi encontrado em um trecho da rodovia Transamazônica no dia 2 de dezembro do ano passado. Entre os cinco presos pelas mortes dos três homens estão dois filhos do líder indígena.

No inquérito, de acordo com o representante das famílias das vítimas, consta que os assassinatos foram definidos em uma pajelança - ritual místico realizado por um pajé indígena.

Em abril deste ano, o Ministério Público Federal (MPF) denunciou o grupo de índios por triplo homicídio duplamente qualificado, sendo que quatro indígenas também serão julgados por ocultação de cadáver.

Segundo o advogado Adelar Cupsinski, do Conselho Indigenista Missionário (CIM), que integra equipe de defesa dos indígenas, há falhas na investigação. Ele diz que as ameaças de morte supostamente recebidas por uma das vítimas não teria sido apurada.

O processo, que tem mais de 1.500 páginas, já foi acompanhado por dois juízes desde que foi enviado para o Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM). O último assumiu no dia 1º de dezembro. A primeira audiência de instrução e julgamento dos seis índios acusados de assassinar os três homens foi adiada para fevereiro de 2015. As testemunhas de defesa, acusação e réus seriam ouvidos nos dias 10 e 11 de dezembro deste ano. Somente na audiência de instrução e julgamento, a Justiça definirá se o grupo de réus serão julgados em júri popular ou se serão absolvidos.



16 Dalmo Dallari rebate a PEC 215: “Uma afronta à Constituição”

SÍTIO CEDEFES, 16.12.2014

A proposta de emenda à Constituição (PEC 215), que transfere para o Congresso Nacional o poder de demarcação das terras indígenas, é inconstitucional. A opinião é do jurista Dalmo Dallari, que nesse artigo pontua os dispositivos constitucionais que são afrontados e alerta sobre os interesses “escusos”, de grupos que defendem esse “flagrante desrespeito” a Constituição. “A motivação de um grupo de parlamentares para essa pretensão - obviamente absurda - é favorecer a invasão de áreas indígenas por investidores do agronegócio, muitos dos quais já são invasores habituais daquelas áreas”.

A proposta de emenda à Constituição (PEC 215), que transfere para o Congresso Nacional o poder de demarcação das terras indígenas, é inconstitucional. A opinião é do jurista Dalmo Dallari, que nesse artigo pontua os dispositivos constitucionais que são afrontados e alerta sobre os interesses “escusos”, de grupos que defendem esse “flagrante desrespeito” a Constituição. “A motivação de um grupo de parlamentares para essa pretensão - obviamente absurda - é favorecer a invasão de áreas indígenas por investidores do agronegócio, muitos dos quais já são invasores habituais daquelas áreas”.

O jurista ressalta que a demarcação das áreas indígenas está prevista na Constituição e “já foram há muito tempo estabelecidas as regras legais que devem ser observadas para esse fim”. E acrescenta: “A simples leitura das disposições constitucionais em que são enumeradas as atribuições e competências do Congresso Nacional, constantes dos artigos 48 e 49 da Constituição, deixa mais do que evidente que nelas não se enquadra, nem direta nem indiretamente, a função administrativa de demarcação de áreas indígenas, em qualquer de suas etapas”.

“A PEC 215 é claramente inconstitucional, bastando isso para que os membros do Poder Legislativo, verdadeiramente comprometidos com o respeito, a preservação e a efetividade da ordem constitucional, decidam por sua rejeição”, conclui Dallari.

Parlamentares contra a Constituição

*Dalmo de Abreu Dallari

É profundamente lamentável, embora não seja de todo surpreendente, que membros do Parlamento, Deputados Federais e Senadores, procurem valer-se do mandato concedido pelo povo para fazer a defesa

CONT.



e promoção de interesses privados, afrontando princípios e normas constitucionais, com absoluto desrespeito pelas instituições, pela ordem jurídica nacional e pelos legítimos interesses do povo brasileiro e de segmentos específicos da população que têm seus direitos expressamente assegurados pela Constituição. Isso está acontecendo agora no Congresso Nacional, pela atuação ostensiva de membros do Parlamento ligados aos interesses dos grupos econômicos ruralistas, que tentam obter a aprovação de uma Emenda Constitucional escandalosamente afrontosa dos princípios fundamentais da Constituição brasileira.

Está tramitando no Congresso Nacional uma Proposta de Emenda Constitucional, a PEC 215, por meio da qual se pretende transferir para o Poder Legislativo a função administrativa, que nada tem de legislativa, de homologação da demarcação de áreas indígenas. O objetivo escandaloso dessa PEC é retirar do Poder Executivo uma atribuição que é sua por natureza, dando aos parlamentares, que são legisladores, o poder de interferir nas demarcações, impedindo que sejam reconhecidas como áreas indígenas, e como tais especialmente protegidas, todas as áreas que um trabalho técnico minucioso e especializado, executado por órgãos ligados à Fundação Nacional do Índio, tiver levado à conclusão de que são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. A motivação de um grupo de parlamentares para essa pretensão obviamente absurda é favorecer a invasão de áreas indígenas por investidores do agro-negócio, muitos dos quais já são invasores habituais daquelas áreas. E são vários os casos de invasores dessa espécie que obtiveram de governos estaduais um título de doação daquelas áreas, embora estas nunca tenham integrado o patrimônio dos Estados falsamente doadores.

Para que se veja claramente o absurdo da PEC 215, é oportuno lembrar que a matéria em questão está expressamente enquadrada em disposições claras e objetivas da Constituição de 1988. Como dispõe o artigo 231 da Constituição, “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. Assim, pois, a demarcação das áreas indígenas está prevista na Constituição e já foram há muito tempo estabelecidas as regras legais que devem ser observadas para esse fim. Assinale-se que a demarcação, extremamente importante para efetivação da garantia dos direitos decorrentes da ocupação tradicional das terras pelos índios, foi expressamente determinada pela Constituição de 1988, no artigo 67, onde se diz que “a União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição”. No cumprimento dessa obrigação constitucional a União, por seus órgãos próprios, vem procedendo à demarcação de áreas indígenas, estando evidentemente atrasado o processo de demarcação, que já deveria ter sido concluído em 1993, mas isso não justifica um deslocamento inconstitucional da competência para demarcar.

A pretensão de transferir para o Legislativo a competência para o ato administrativo de homologação das

CONT.



demarcações é, antes de tudo, e escancaradamente, inconstitucional, afrontando um princípio constitucional básico, que é a separação dos Poderes. A simples leitura das disposições constitucionais em que são enumeradas as atribuições e competências do Congresso Nacional, constantes dos artigos 48 e 49 da Constituição, deixa mais do que evidente que nelas não se enquadra, nem direta nem indiretamente, a função administrativa de demarcação de áreas indígenas, em qualquer de suas etapas. Assim, pois, a PEC 215, além de muitas outras imperfeições, é evidentemente inconstitucional, afrontando a forma e o espírito do artigo 2º da Constituição, segundo o qual “são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”, o que se completa com a especificação das atribuições de cada um desses Poderes em capítulos subseqüentes, não tendo qualquer cabimento a pretensão de transferir ao Poder Legislativo uma parte dos encargos próprios e específicos do Poder Executivo, que é o procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas. A PEC 215 é claramente inconstitucional, bastando isso para que os membros do Poder Legislativo verdadeiramente comprometidos com o respeito, a preservação e a efetividade da ordem constitucional decidam por sua rejeição.

Artigo publicado originalmente no site do Jornal do Brasil no dia 12 de dezembro de 2014

Fonte: <http://www.ptnacamara.org.br/>



17 Índios tentam invadir Câmara dos Deputados; policial é atingido com flechada
SÍTIO BEM PARANÁ, 16.12.2014

Folhapress

MÁRCIO FALCÃO BRASÍLIA, DF - Com pedaços de madeira em mãos, pedras e flechas, um grupo de 200 índios tentou invadir nesta terça-feira (16) a Câmara dos Deputados. Um policial militar levou uma flechada na perna. Outro teria sido atingido por uma pedrada e foi conduzido para o departamento médico da Casa. Os índios foram contidos pela Polícia Militar que teve que usar spray de pimenta contra os que chegaram a bater troncos e arremessar objetos na porta de vidro de uma das portarias que dá acesso à entrada principal da Câmara. Barrado, o grupo mantém ameaça de invadir a Casa. Pouco depois do meio-dia desta terça, eles dançavam e cantavam na porta do prédio. Os índios protestam contra propostas que estão em discussão no Congresso sobre demarcação de terras indígenas. A reunião de uma comissão especial da Câmara que discutia um projeto que transfere para o Congresso a palavra final sobre a demarcação de terras indígena foi cancelada. Na semana passada, o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) apresentou seu relatório, mas um pedido de vista suspendeu a votação. Se for confirmado na comissão, o texto, no entanto, só será analisado no plenário da Câmara pelo novo Congresso, uma vez que os parlamentares entram em recesso no dia 23. Na futura composição, a bancada ruralista será ampliada passando para 260 deputados --atualmente tem 224 votos. O parecer do peemedebista prevê que a demarcação das terras indígenas seja feita por lei aprovada no Congresso Nacional, e não mais por meio de decreto do Poder Executivo. Com isso, a demarcação será feita por meio de lei de iniciativa privativa do presidente da República. Caberá ao Executivo executar os levantamentos e estudos antropológicos, a respectiva identificação da etnia a ser beneficiada, e propor, por meio de projeto de lei, a delimitação da área indígena. O Congresso deliberará sobre a proposta. Pelo projeto, se for sancionada a lei, o Executivo deverá demarcar administrativamente a área, por meio da fixação de marcos limítrofes. Atualmente, o processo de demarcação é realizado pela Funai (Fundação Nacional do Índio), antes da palavra final do Planalto. O governo é contra repassar para o Legislativo a definição dessas áreas. A proposta é uma ofensiva dos ruralistas contra a fundação, que é acusada de fraudar laudos e inflar conflitos entre índios e produtores. O parecer de Serraglio flexibilizou a proposta original da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que inclui a demarcação de terras indígenas entre as atribuições exclusivas do Congresso. A Constituição estabelece que são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 224/ 2014

Brasília, 16 de dezembro de 2014.

segundo seus usos, costumes e tradições. O substitutivo deixa claro que serão consideradas terras dos índios apenas aqueles que atendiam a esses requisitos simultaneamente em 5 de outubro de 1988. INDENIZAÇÃO O parecer do peemedebista também obriga o governo a indenizar os produtores. O texto modifica o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, determinando que, se a União não cumprir o dever de demarcar as terras indígenas no prazo constitucional previsto, terá de indenizar o proprietário das terras demarcadas. O Ato das Disposições Transitórias estabelece que a União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição.

18 PROTESTO: Indígenas voltam a bloquear a BR 316 em Bom Jardim
SÍTIO PORTAL O DIA, 16.12.2014

Eles protestam contra a possível escolha de Katia Abreu para o Ministério da Agricultura, e contra projetos de lei como a PEC 315.



Indígenas da aldeia Guajajara, em Bom Jardim, voltam a bloquear novamente a BR-316, em Bom Jardim.

Os indígenas haviam prometido novo bloqueio, caso as reivindicações dos mesmos não fosse resolvida. De acordo com as informações, os índios pretendem liberar a BR-316, ainda hoje às 18:00.

Eles protestam contra a possível escolha de Katia Abreu para o Ministério da Agricultura, e contra projetos de lei como a PEC 315 que trata dos direitos territoriais das populações tradicionais.

Segundo Flauberth Guajajara um dos caciques da Aldeia hoje é dia de votação da PEC 315. "Enquanto os Deputados continuarem declarando Guerra, continuaremos na luta, doe a quem doer.

Lutar para continuar vivendo". Desabafou em comentário.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 224/ 2014

Brasília, 16 de dezembro de 2014.

Fonte: bomjardimma.com

Edição: Lucas Stefano

Por: Lucas Stefano

19 Vereador indígena é eleito presidente da Câmara em MS
SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 16.12.2014

Parlamentar da etnia terena entrou para a história de Corguinho na segunda-feira

DA REDAÇÃO



Vereador está no município desde 1986

(Foto: Divulgação)

O vereador indígena Valdecir Santos da Silva, conhecido como Buguinho, se tornou presidente da Câmara Municipal de Corguinho (MS) para o biênio 2015/2016, em eleição realizada na segunda-feira (15). Da etnia terena, o parlamentar entra para a história da cidade como o primeiro indígena a presidir a Casa.

“Ser índio, é ser, acima de tudo, brasileiro. Nós indígenas somos os pioneiros no povoamento deste maravilhoso País. Tenho sangue terena. Sou terena. E hoje honro o meu povo com esta função: presidente da Câmara de Vereadores do meu município. Coloco-me à disposição do meu povo de Corguinho para tudo que for necessário, para o bom andamento do interesse público. Por fim agradeço também a cada companheiro vereador que confiou seu voto na chapa por mim liderada”, afirmou.

Valdecir nasceu em Anastácio (MS) e chegou ao município de Corguinho no dia 9 de junho de 1986.

20 Índios se tornam marinheiros durante cerimônia em aldeia no Amazonas
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 16.12.2014

Dois concluíram curso de marinheiro auxiliar; formatura foi em aldeia dessana. Pajé, de 68 anos, diz estar satisfeito com iniciativa da Marinha do Brasil.

Do G1 AM



Pajé dessana recebeu certificado e se tornou marinheiro (Foto: Indira Bessa/G1 AM)

Os primeiros marinheiros navais indígenas do Amazonas foram certificados pelo Comando do 9º Distrito Naval nesta segunda-feira (15). Após concluírem curso no Centro Técnico de Formação de Fluvialistas da Amazônia Ocidental (CTFFAO), 29 pessoas participaram da cerimônia de formatura na comunidade de São João do Tupé, no Lago do Tupé, Zona Rural de Manaus. Entre os formandos estavam ribeirinhos e dois indígenas da etnia dessana.

Segundo a coordenação do curso, a formação desses alunos deve contribuir para uma navegação mais segura nos rios da Amazônia. "A Marinha entende que o ribeirinho ou o índio já sabe, de fato, navegar, ele já tem um conhecimento prático. A ideia é que ele una o conhecimento prático àquilo que a gente tem de normas de navegação, de primeiros-socorros, de combate a incêndio, responsabilidade social e preservação do meio ambiente. Então a gente acaba formando multiplicadores dessas normas", disse o capitão-tenente, Edir Massir, ao **G1**.

CONT.



Almirante Domingos Savio Almeida entregou certificados para indígenas e ribeirinhos (Foto: Indiara Bessa/G1 AM)

A cerimônia de formatura foi realizada na tarde desta segunda, na oca da tribo dessana, localizada no Lago do Tupé, Zona Rural de Manaus. O Pajé Raimundo Kissibi, de 68 anos, recebeu o certificado e afirmou estar feliz com a iniciativa da Marinha. "Vai ser muito importante, pois quando a gente anda com uma rabeta [tipo de canoa motorizada] e a capitania chega e pede documentação, isso é muito chato para a gente. Agora vai ser diferente, essas coisas não vão acontecer nunca mais. Eu estou muito alegre e muito satisfeito", disse o indígena que fez questão de presentear e abençoar, com uma pajelança, os integrantes da Marinha durante a celebração.

José Maria Fontes, de 38 anos, foi o segundo indígena a receber a carteira de marinheiro auxiliar e contou sobre a importância do curso. "É muito importante, pois a gente anda no rio aqui na capital do Amazonas, e é importante ter a carteira para estar legalizado", afirmou.



Pajé fez ritual para agradecer e pedir proteção para oficiais da Marinha (Foto: Indiara Bessa/G1 AM)

Após a entrega dos certificados, o capitão dos Portos da Amazônia Ocidental, capitão-de-mar-e-guerra Paulino Antônio de Paula discursou sobre os objetivos de realização do curso para as comunidades ao redor do Rio Amazonas e seus afluentes. A cerimônia foi finalizada com uma dança tradicional indígena e a confraternização entre os formandos e oficiais da Marinha.

O curso, iniciado no dia 24 de novembro deste ano, teve duração de oito dias. As aulas começaram com 35 alunos, entre indígenas e ribeirinhos, que aprenderam normas de navegação, noções de primeiros-socorros e preservação do meio ambiente.

CONT.



Formatura dos ovos marinheiros ocorreu em aldeia no Amazonas (Foto: Indira Bessa/G1 AM)



21 Comissão da PEC da demarcação de terras indígenas cancela reunião
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.12.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)

[Câmara Notícias](#)

A comissão especial que analisa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC **215/00**) que submete ao Congresso Nacional a decisão final sobre a demarcação de terras indígenas no Brasil cancelou a reunião prevista para esta terça-feira (16). Ainda não está marcada nova data para os parlamentares votarem o **substitutivo** do deputado Osmar Serraglio (PDMB-PR), favorável à PEC.

Na semana passada, a reunião foi marcada por tensão entre parlamentares. PT, PV, PSB, PCdoB e Psol obstruíram, por meio de questões de ordem e pedidos de leitura, a discussão e votação de atas de reuniões passadas. Depois de quase duas horas e meia de reunião, o deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP), favorável à PEC, pediu vista do relatório para, segundo ele, facilitar a votação da matéria nesta semana.



Íntegra da proposta:

[PEC-215/2000](#)

22 Justiça Federal de MT manda para o STF processo contra relator e vice-presidente da 'comissão da PEC 215'

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.11.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)

A Justiça Federal do Mato Grosso decidiu enviar ao Supremo Tribunal Federal (STF) o processo que investiga possível envolvimento do deputado federal Osmar Serraglio (PMDB-PR) na compra de um parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215 e de seu colega Nilson Leitão (PSDB-MT) na invasão da Terra Indígena (TI) Marãiwatsédé, no Mato Grosso.

A decisão de enviar a investigação ao STF, tribunal que julga autoridades com foro privilegiado, foi do juiz federal de Barra do Garça (MT), Cesar Augusto Bearsi. Na última quarta-feira, ele atendeu pedido do Ministério Público Federal (MPF) no estado. A Procuradoria Geral da República irá se manifestar pela abertura ou não de processos contra os dois deputados no STF.

A PEC pretende transferir do governo federal para o Congresso a atribuição de demarcar Terras Indígenas e territórios quilombolas e de criar parques e outras Unidades



de Conservação. Na prática, se aprovada, vai significar a paralisação definitiva da oficialização dessas áreas protegidas. Leitão é o vice-presidente e Serraglio é o relator da Comissão Especial que analisa o projeto. Ambos são da bancada ruralista no Congresso. A PEC pode ser votada na comissão nesta terça ou quarta. Se aprovada, segue para o plenário da Câmara e precisará passar também pelo do Senado.

Escutas legais do MPF e da Polícia Federal identificaram um possível esquema de produtores rurais do nordeste do Mato Grosso para pagar R\$ 30 mil a um lobista da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) para elaborar parecer sobre a PEC. A partir das investigações, cinco pessoas chegaram a ser presas, suspeitas de comandar as ações de invasão da TI.

CONT.



“O cara que é relator, o deputado federal que é o relator da PEC 215, quem tá fazendo pra ele a relatoria é o Rudy, advogado da CNA, que é amigo e companheiro nosso”, diz, nas gravações, Sebastião Ferreira Prado, líder da Associação de Produtores Rurais de Suiá-Missu (Aprossum) que também chegou a ser preso. Nas gravações, Prado diz que o pagamento para a elaboração do relatório serviria para “colocar as coisas de interesse nosso” ([ouça o áudio](#)). “Rudy” é o advogado Rudy Maia Ferraz, que foi consultor da bancada ruralista e funcionário da CNA.

Leitão é mencionado nos diálogos gravados como o suporte dos invasores da TI em Brasília e como incentivador da ocupação da área. Em conversa gravada pela Polícia Federal, alguns investigados mencionam suposta conversa mantida entre uma pastora e o deputado tucano: “a pastora foi lá hoje e disse que conversou com Nilson Leitão e que o Nilson Leitão falou que é pro povo descer e entrar pra dentro da área mesmo, que é pra dá força. Que é pra voltar com máquina, voltar com gado e entrar pra dentro das terras”. O deputado teria pedido, segundo essa conversa, “30 escrituras para ele”. Seriam escrituras das terras registradas irregularmente por posseiros em cartórios da região.

Prado alegava “possuir influência junto a parlamentares federais e membros do Poder Judiciário”. Num áudio, diz que irá “a Brasília essa semana justamente para falar com Nilson Leitão, que é amigo do desembargador que vai apreciar a causa”.

O juiz federal Paulo César Alves Sodré, que decidiu prender Prado, em agosto, destacou que o meio supostamente usado para influenciar o relator da PEC seria indevido. “O fato de o relatório da PEC 215/2000 ter sido, supostamente, ‘terceirizado’ para a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), representa, a princípio, um desvirtuamento da conduta do parlamentar responsável pela elaboração da PEC, eis que a CNA é parte política diretamente interessada no resultado da mencionada PEC”, argumenta Sodré em sua decisão.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Henyo Barretto.



23 MP pede regularização de aulas em Centro Quilombola de Turiaçu no MA
SÍTIO GLOBO.COM, 16.12.2014

*Instituição possui 25 alunos matriculados no ensino médio.
Atraso na conclusão de obras deixou alunos sem aulas.*

Do G1 MA

O Ministério Público do Maranhão (MP-MA), por meio da Promotoria de Justiça do município de Turiaçu, que fica a 469 km da capital São Luís, ajuizou Ação Civil Pública contra o Estado do Maranhão, para que seja regularizada a oferta de ensino no Centro Quilombola de Formação por Alternância Raimundo Sousa, localizado no povoado Jamari dos Pretos.

Em visita a uma escola do povoado, no dia 20 de agosto, o promotor de Justiça Renato Madeira Reis constatou que não foi ofertado ensino regular em 2014 e que a unidade passava por reformas com prazo de conclusão para o fim de setembro.

Em depoimento ao Ministério Público, a diretora da unidade de ensino do povoado Jamari dos Pretos, Carmen Suely Mouchereck Rabelo, afirmou que a instituição possui 25 alunos matriculados no ensino médio, integrados à educação profissional de nível técnico em agropecuária.

Contudo, ao realizar nova inspeção no dia 26 de outubro, o representante ministerial verificou que as obras não foram concluídas. Como consequência, todos os alunos permaneciam sem aula.

Outro problema identificado pelo promotor é referente à reclamação de alunos acerca da não entrega de certificados, mesmo após terem concluído a carga horária do ensino médio. A gestora explicou que os certificados não foram emitidos pelo fato de, até o momento, não existir o ato normativo de criação do curso, o que impede seu reconhecimento autorizado pela Secretaria de Educação do Estado.

Na ação, o MPMA requer a concessão de antecipação de tutela para obrigar o Estado do Maranhão a regularizar imediatamente as aulas referentes ao semestre de 2014, no Centro de Formação Quilombola Raimundo Souza. O promotor requer, ainda, a imediata emissão dos certificados de conclusão de curso para os egressos da unidade escolar do povoado Jamari dos Pretos.



Boletim de Notícias - Edição nº 224/ 2014

Brasília, 16 de dezembro de 2014.

24 Relato da professora Fabiana Carneiro, liderança Tremembé, no MPF-CE em Itapipoca
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.12.2014

Por CombateRacismoAmbiental

<http://racismoambiental.net.br/2014/12/relato-da-professora-fabiana-carneiro-lideranca-tremembe-no-mpf-ce-em-itapipoca/>

[Observatório Socioambiental](#)

“Eu como professora peguei um grupo de alunos e fomos até a mata olhar como ela se encontrava e lá nós fomos ameaçados, eu e meu grupo de crianças, adolescentes de 12 e 13 anos. E lá o meu braço não ficou de uma foiçada porque eu me afastei, se eu não tivesse me afastado hoje o meu braço não estava mais aqui. E esse cara continuou nos ameaçando, jogando pau no meio do caminho. Então tá um caso seríssimo para nós, lá nós não podemos mais entrar nas nossas matas. E eles ameaçam: se entrar na mata, nós mata”. Fabiana Carneiro

A razão que tem motivado o conflito é o projeto do grupo empresarial Afirma Housing Group, a Nova Atlântida, que pretende construir um complexo turístico formado por vários hotéis e campo de golfe. Os Tremembé lutam por suas terras e por isso sofrem várias ameaças e ataques por parte de não-índios favoráveis ao empreendimento.

25 Indígenas são detidos em Brasília a caminho de reunião com Ministro da Justiça; PEC215 poderá ser votada amanhã

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.12.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



Indígenas protestam em frente a barreira policial na Câmara. Foto: Myke Senna / Mídia NINJA

[Mídia NINJA](#)

O presidente da Câmara, Henrique Alves (PMDB-RN), deverá decidir, até amanhã de manhã, se aceita ou não a questão de ordem encaminhada pelos ruralistas para realizar uma nova reunião da Comissão Especial da PEC 215, à revelia do presidente da Comissão, Afonso Florence (PT-BA).

Não se sabe quando o presidente poderá analisar o pedido dos ruralistas e não está descartada a hipótese dele aceitar a questão de ordem ainda nesta terça. Um grupo de parlamentares aliados do movimento indígena está tentando marcar um novo encontro com Alves para pedir que ele não acate o pedido. Enquanto isso, está marcada também uma reunião das lideranças indígenas com o Ministro da Justiça, Eduardo Cardozo. Elas também irão pedir que o ministro converse com Alves para que ele não permita a reunião.

Os ruralistas correm contra o tempo: Se não aprovarem a PEC 215 até o fim da legislatura atual, o projeto

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 224/ 2014

Brasília, 16 de dezembro de 2014.

será arquivado.

Um grupo de quatro indígenas, entre eles David Guarani e representantes Pataxó e Terena estavam a caminho da reunião com o Ministro da Justiça mas foram detidos e levados para 5ª Delegacia de Polícia, de acordo com testemunhas. Outros continuam mobilizados dentro e fora do Congresso na expectativa de um novo golpe dos ruralistas para votar a PEC, que pretende transferir para o Congresso mais conservador desde 1964 a atribuição de oficializar Terras Indígenas, Unidades de Conservação e territórios quilombolas.

Com informações do ISA - Instituto Socio Ambiental

—

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Henyo Trindade Barretto Filho.

26 Carta da Plataforma dos Movimentos Sociais do Estado do Tocantins
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.12.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



Indígenas do Tocantins protestam pacificamente na Praça dos Três Poderes por direitos garantidos na Constituição. Foto: Valter Campanto, Agência Brasil

[Cimi](#) Regional Goiás/Tocantins

À Presidenta Dilma Rousseff

Nós, dos Movimentos Sociais do Campo, da Cidade, de Juventude, de Mulheres, de Indígenas, de Quilombolas e dos Direitos Humanos, que vivemos no Tocantins, reunidos durante a Plenária Estadual dos Movimentos Sociais que atuam no campo e na cidade, bem como a dos demais movimentos sociais do país, entendemos que a luta pela reforma agrária e as conquistas garantidas pelos direitos constitucionais adquiridos pelos povos indígenas e pelos povos quilombolas estão, totalmente, ameaçadas com o possível ingresso da senadora Kátia Abreu no Ministério da Agricultura. Afirmamos que a luta dos povos do campo contra o agronegócio/agrotóxico/transgênico na região amazônica tem como inimiga a Senadora Kátia Abreu, representante principal da bancada ruralista.

CONT.



Para nós, essa indicação é contrária às reivindicações dos movimentos sociais brasileiros. Nossa preocupação não está apenas na suposta chegada da referida Senadora ao Ministério da Agricultura e sua provável facilitação na liberação de agrotóxicos e transgênicos, tão nocivos à saúde da população brasileira, mas sim de toda a sua repulsa aos Movimentos Sociais que provavelmente sofrerão mais ainda com a criminalização das lutas e da pobreza.

Os movimentos sociais do campo, da cidade, de juventude, de mulheres, indígena, quilombola e dos direitos humanos não têm preconceitos contra a senadora Katia Abreu pelo fato dela ser mulher ou por ser da região Norte, somos, sim, contra o que ela politicamente representa, defende e apoia.

Todos os movimentos sociais e organizações presentes na Plenária Estadual dos Movimentos Sociais são veementemente contra a aprovação da PEC 215 e a ADI 3239 por representar um retrocesso aos direitos humanos, dos povos indígenas e quilombolas, uma ameaça a seus territórios, a sua vida e sua reprodução social-cultural-econômica, subjugando-os ainda mais a concepção autoritária de desenvolvimento adotado pelo governo.

Exigimos que o novo mandato seja pautado pelas rupturas necessárias para enfrentar as grandes questões estruturais da sociedade, que aponte a natureza de nossos problemas e as soluções necessárias, principalmente no que diz respeito às transformações políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais que interessam ao povo brasileiro.

Entendemos que a Reforma do Sistema Político, a partir de uma Constituinte exclusiva e soberana, é o ponto principal para eliminarmos o “voto” do Poder Econômico nas eleições e nas definições das políticas públicas; que fortaleça os programas partidários, que enfrente a sub-representação dos/as trabalhadores/as, das mulheres, dos jovens, da população negra, indígena e LGBT; que regulamente e efetive os mecanismos de Democracia Direta; com a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 1508/2014 que convoca um Plebiscito Oficial com a mesma pergunta do Plebiscito Popular, realizado em setembro de 2014, que obteve mais de 7 milhões e meio de votos: “Você é a favor de uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político?” A Constituinte deve ter como prerrogativa central a soberania popular.

Por tudo que foi exposto acima é que defendemos e exigimos:

1. Democratização da Educação: com universalização do acesso à educação em todos os níveis, principalmente a educação infantil, ensino médio e superior; erradicação do analfabetismo de 14 milhões de trabalhadores/as; garantir a efetividade dos 10% do PIB para educação pública.

CONT.



2. Democratização dos Meios de Comunicação: implementação das propostas aprovadas na Conferência Nacional de Comunicação e pela descriminalização dos veículos de mídia independente.
3. Programa Massivo de Moradia Popular, que supere o déficit de 8 milhões de moradias à curto prazo.
4. Investimentos Prioritários em Transporte Público de Qualidade, implementando a tarifa zero. Entendemos que é o transporte público que dá acesso a todos os outros direitos sociais constitucionalmente conquistados, como saúde, educação e cultura.
5. Redução da Jornada de Trabalho para 40 horas semanais.
6. Reforma Agrária, que de fato democratize a estrutura da propriedade fundiária e garanta terra a todos/as os/as sem-terra. Pela publicação do decreto que atualize o índice de produtividade, facilitando a desapropriação do latifúndio.
7. Por um Plano Nacional de Erradicação do Uso de Agrotóxicos e Transgênicos, em defesa dos bens naturais e da biodiversidade, a partir da agroecologia.
8. Por um Plano de Desenvolvimento da Indústria Nacional, em todos os municípios, com estímulo a Agroindústria Cooperativa e Economia Solidária. Este plano deve apontar para um novo modelo de desenvolvimento, baseado em novas formas de produção, distribuição e consumo.
9. Pelo compromisso real com o pleno emprego. Pensar a política econômica como elemento essencial para o pleno emprego, garantia de melhores salários e trabalho decente. Contra qualquer tentativa de precarização do trabalho e dos direitos trabalhistas. Garantia de uma política para os/as trabalhadores/as estrangeiros/as que se encontram no país em situações de violação de direitos humanos.
10. Desmilitarização das PM's e aprovação imediata da PL 4471/2012, que obriga que todas as mortes ou lesões efetuadas pelas forças policiais sejam investigadas. Defesa de uma Polícia desmilitarizada e uma nova concepção de política de segurança que não criminalize a pobreza e a juventude, principalmente negra.
11. Pelo fim do Genocídio da Juventude Negra e contra Projetos de Redução da Maioridade Penal.
12. Pelo fortalecimento do sistema público de Previdência, pelo fim do fator previdenciário que prejudica o direito à aposentadoria dos/as trabalhadores/as brasileiros/as.
13. Pelo fim das Privatizações e das concessões dos bens e serviços públicos. O Estado precisa ter instrumentos eficazes de controle das tarifas de água, energia elétrica, combustíveis.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 224/ 2014

Brasília, 16 de dezembro de 2014.

14. Por Políticas de Enfrentamento ao Machismo, Racismo e Homofobia. Defesa da criminalização da homofobia, da união civil igualitária, implementação real da Lei Maria da Penha e políticas para a autonomia econômica e pessoal das mulheres, pela criação do Fundo Nacional de Combate ao Racismo.

15. Pela demarcação imediata das terras indígenas e titularidade e regularização das terras das comunidades quilombolas. Rejeição a todos os projetos e PEC's em tramitação no Congresso contra os direitos indígenas e quilombolas. Pelo efetivo cumprimento da Convenção 169 da OIT.

16. Pela criação da Política Nacional dos atingidos pelos grandes projetos.

17. Implementação, imediata das Escolas Famílias Agrícola: de Esperantina, Riachinho, Novo Acordo e São Salvador.

Assinam:

Alternativa para Pequena Agricultura no Tocantins – APA-TO

Associação dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região Centro Norte de Palmas – ASCAMPA-TO

Casa 8 de Março Organização Feminista do Tocantins

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG-Tocantins

Centro de Direitos Humanos de Palmas – CDHP

Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins – COEQ-TO

Coletivo Cultural Canábico

Comissão Pastoral da Terra – CPT

Conselho Indigenista Missionário – CIMI

Consulta Popular

Instituto de Direitos Humanos e Meio Ambiente – IDHMA

Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais – IPDMS Seção Tocantins

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 224/ 2014

Brasília, 16 de dezembro de 2014.

Levante Popular da Juventude

Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB

Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST

Movimento Independente de Luta pela Moradia – MILM

Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH

Movimento Estadual dos Direitos Humanos – MEDH

Rede de Educação Cidadã – RECID

27 | Carta da Juventude do Xingu
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.12.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



Foto: Juan Pablo

Nos dias 22, 23 e 24 de novembro de 2014 no Morro do Félix, na Resex Rio Xingu (RRX) em Altamira/PA, ocorreu o I Encontro da Juventude do Xingu.

A Resex Rio Xingu está localizada na região do Médio Rio Xingu, entre os municípios de Altamira e São Félix do Xingu. À outra margem, fazendo vizinhança à área da Resex, encontram-se 02 Terras indígenas, da etnia Araweté e Parakanã.

Estiveram presentes por volta de 50 jovens, representantes das comunidades Baliza, Pedra Preta, Caminho do Sol, Volta da Pedra, Morro Grande, Gabiroto, Morro do Costinha, Humaitá e Bela Vista, todas localizadas na Resex Rio Xingu, ao longo do “beiradão”. Além dos jovens extrativistas participaram também 07 jovens Parakanã da TI Apyterewa, localizada à margem esquerda do Rio Xingu.

O Encontro com o tema: “Juventude do Xingu na luta por Direitos, Identidade e Território”, foi um espaço de troca de conhecimentos entre gerações, de construção de conhecimentos e reflexões comunitárias e de afirmação da identidade cabocla ribeirinha e indígena e, por conseguinte, a afirmação e defesa da soberania de seus Territórios.

CONT.

A Juventude refletiu sobre a contínua luta pela conquista do Território, e nesse sentido o direito de acesso às políticas de saúde e educação de qualidade e diferenciadas como uma luta que é parte desta conquista plena. Além de evidenciar a voz da Juventude Tradicional, o encontro foi palco de aprendizagens, trocas e interações que vão construindo e valorizando a reflexão, a autonomia, e a autoestima comunitária para que a afirmação desses Territórios tradicionais possa ser feita a partir das comunidades, e dos respectivos processos de resistência.

Tal fato torna-se extremamente necessário numa região em que inúmeras são as ameaças à integridade dos Territórios tradicionais e aos direitos das populações, e para isso vale lembrar tais ameaças ao longo do Rio como a construção da UHE Belo Monte na Volta Grande do Xingu, a instalação do projeto de mineração Belo Sun, que pretende ser o maior a explorar ouro a céu aberto e que se encontra em raios de distância muito pequenos da população ribeirinha e indígena da Volta Grande, e ainda o avanço das fazendas e áreas de desmatamento e pastagem vindos da região Sul do Pará, principalmente de São Félix do Xingu. Abaixo segue carta do encontro:



Foto: Juan Pablo

I Carta da Juventude do Xingu

Hoje em 24 de novembro de 2014 nos reunimos na casa do Seu Edimilson, jovens ribeirinhos e indígenas Parakanã para tratarmos dos direitos tanto das aldeias como ribeirinhos.

Desde fevereiro de 2014 nós jovens estamos nos reunindo para fortalecer os nossos direitos tradicionais, porque infelizmente esses direitos não estão sendo acessados de forma precisa. Muitos jovens estão indo para a cidade porque aqui em nossas comunidades temos somente até o 4º ano, isso porque teve muita luta onde alguns pais tiveram a iniciativa de ir até a secretaria de educação do município cobrar para que

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 224/ 2014

Brasília, 16 de dezembro de 2014.

viesses professor para a Resex, pois o analfabetismo era muito grande. Com a formação do grupo de jovens – Juventude do Xingu foi muito importante porque passamos a entender que poderíamos ser protagonistas de nossa própria história, que muitas coisas poderíamos buscar e melhorar dentro da Resex, principalmente o ensino médio integrado ao curso técnico, ou seja, Casa Familiar Rural – CFR, porque é muito difícil ficar muito tempo longe da família.

Nós queremos apoio como cursos de capacitações de cooperativismo, associativismo, elaboração de projetos, continuidade de oficina de instrumentos musicais, aula de violão, capoeira, teatro, oficina de carimbó e oficina de rimas. Queremos sinal de internet dentro da Resex e nas aldeias. Nós jovens ribeirinhos já estamos no 6º encontro e agora junto aos jovens Parakanã continuamos na luta por direitos, território e fortalecimento de nossa identidade, valorização de nossas raízes tradicionais. Ficaremos muito gratos se obtivermos respostas positivas.

Morro do Félix, Resex Rio Xingu, Altamira – PA.



Caminhada pela Praia do Tamaratá: “percorrendo o Território”. Resex Rio Xingu – Altamira PA. (Foto: Juan Pablo)

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Núbia Vieira.



28 Em busca de mobilização e valorização
SÍTIO JORNAL DIA DIA, 16.12.2014



1ª Oficina de Jovens Extrativistas busca valorizar conhecimentos tradicionais entre os mais jovens

Por: Marta Moraes – Edição: Vicente Tardin

O extrativismo é uma atividade caracterizada pela retirada de recursos do meio ambiente, seja de origem mineral, animal ou vegetal, com fins lucrativos ou para subsistência. Essa prática é muito antiga e bastante difundida no Brasil, principalmente na região norte.

Normalmente o extrativismo é associado a produtores rurais mais velhos, mas nos últimos anos esse quadro vem mudando e inúmeros extrativistas são jovens (dentre 15 e 29 anos).

Para debater essa nova realidade e promover uma rede de jovens extrativistas, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) irá apoiar a realização, nos dias 16 e 17 de dezembro, em Brasília, da 1ª Oficina Nacional da Juventude Extrativista, em parceria com o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

O principal objetivo do encontro é construir uma agenda de mobilização e de reivindicação de assuntos específicos dessa juventude, além de conhecer a história de vida junto às lideranças mais velhas do CNS. Está prevista a participação de 17 jovens e cinco representantes da direção nacional do conselho, além de convidados, entre eles a Secretária Nacional de Juventude, Severine Macedo, que participará da abertura do encontro.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 224/ 2014

Brasília, 16 de dezembro de 2014.

A coordenadora da Juventude do MMA, Marccella Berte, conta que essa é uma ação do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente, que visa a valorização dos conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais, entre os mais jovens, por uma questão de sustentabilidade desse conhecimento associado à biodiversidade ao longo do tempo e entre gerações.

Segundo Marccella, a expectativa é que, a partir do momento que eles conheçam uns aos outros e os problemas que são comuns aos jovens, possam estabelecer uma agenda positiva de ações. “Com esse encontro estamos atendendo um pedido dos extrativistas feito ao ministério no 2º Chamado dos Povos das Florestas. Ao mesmo tempo, buscamos valorizar esses jovens que vivem nesses territórios e suas especificidades”, afirma.

AGENDA

Além dos jovens, alguns adultos extrativistas também participarão do evento. A ideia é que aconteça também uma troca de conhecimento entre gerações e uma valorização, tanto da cultura como do histórico de luta e de conquistas do segmento de extrativistas. “Esperamos que os jovens dêem mais importância à conservação ambiental e a toda história de luta de seus pais e avós, que nunca tiveram a oportunidade de mudar vivendo nesse contexto de sofrimento”, destaca Dione Torquato, secretário nacional de Juventude do CNS.

A programação da oficina inclui também uma rodada de conversas sobre o dia a dia das comunidades e como se dará a participação desses jovens nos conselhos e na gestão participativa das Unidades de Conservação de uso Sustentável, visando uma maior participação na construção de políticas públicas.

“Hoje, um dos nossos maiores objetivos é colocar a educação com metodologia diferenciada para a juventude extrativista da região amazônica. Queremos que o jovem mude o seu pensamento, sabendo da importância da área rural para ele e para a conservação do meio ambiente. São muitos os fatores que levam a gente a esperar dos jovens uma maior atuação no associativismo e no cooperativismo para trabalhar a conscientização e mudar a situação atual”, explica Torquato.

O evento é uma iniciativa da Coordenação de Juventude da Diretoria de Cidadania e de Responsabilidade Socioambiental e da Diretoria de Extrativismo da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA.

Assessoria de Comunicação Social (Ascom/MMA) - Telefone: 61.2028 1227

Por: Ascom/MMA